

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE CAMPOS**

LINNIT DA SILVA PESSOA

**CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA DE 2014: UMA ANÁLISE HETERODOXA**

Campos dos Goytacazes

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE CAMPOS

LINNIT DA SILVA PESSOA

**CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA DE 2014: UMA ANÁLISE HETERODOXA**

Monografia apresentada à Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Departamento de Ciências Econômicas de Campos como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Profº Dr. Rodrigo Delpupo Monfardini

Coorientador: Profº Dr. Leonardo Magalhães Leite

Campos dos Goytacazes

2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BUCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

P475c Pessoa, Linnit da Silva  
CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA DE 2014: UMA ANÁLISE HETERODOXA /  
Linnit da Silva Pessoa ; Rodrigo Delpupo, orientador ;  
Leonardo Leite, coorientador. Campos dos Goytacazes, 2018.  
44 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências  
Econômicas)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de  
Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos  
Goytacazes, 2018.

1. Crise econômica de 2014. 2. Economia brasileira. 3.  
Precarização do trabalho. 4. Marxismo; Keynesianismo. 5.  
Produção intelectual. I. Delpupo, Rodrigo, orientador. II.  
Leite, Leonardo, coorientador. III. Universidade Federal  
Fluminense. Instituto de Ciências da Sociedade e  
Desenvolvimento Regional. IV. Título.

CDD -

LINNIT DA SILVA PESSOA

**CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA DE 2014: UMA ANÁLISE HETERODOXA**

Monografia apresentada a Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Departamento de Ciências Econômicas de Campos, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Campos Dos Goytacazes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Rodrigo Delpupo Monfardini - UFF  
Professor orientador

---

Prof. Dra. Daniela Franco Cerqueira - UFF  
Membro da banca

---

Prof. Dr. Adriano Vilela Sampaio - UFF  
Membro da banca

## RESUMO

Não é possível explicar a recessão econômica brasileira de 2014 a partir somente de fatores exógenos, como a teoria neoclássica propõe, pois apesar do cenário externo ser relevante ao analisar o desempenho da economia, os fatores endógenos são demasiadamente importantes e não podem ser desconsiderados; dessa forma, a partir da comparação de autores das três correntes econômicas de maior circulação no meio acadêmico – marxista, keynesiana e neoclássica –, é realizada uma análise sobre suas justificativas para o desenvolvimento de crises no sistema capitalista. Decidiu-se seguir somente as correntes que apresentam uma explicação mais complexa e clara sobre esse processo; dessa forma, esse trabalho realiza uma análise sobre os motivos que levaram o Brasil à maior recessão econômica de sua história a partir das óticas marxista e keynesiana, apresentando tanto os fatores exógenos, como o desequilíbrio externo e a falta de competitividade da indústria brasileira, as políticas cambiais que visavam a desvalorização do real e a queda da exportação; quanto os fatores endógenos, como a precarização do mercado de trabalho, a queda da renda das famílias e a redução do consumo e dos investimentos públicos. A partir dessas análises, é possível observar o percurso da economia brasileira, caminhando para a recessão; e o impacto que a mudança do governo para uma agenda neoliberal intensa teve, principalmente, sobre as classes de renda mais baixas.

**PALAVRA-CHAVE:** crise econômica de 2014; economia brasileira; marxismo; keynesianismo; neoliberalismo; precarização do trabalho.

## **ABSTRACT**

It's not possible to explain the 2014's Brazilian economic recession only with exogenous factors, like neoclassical theory proposes, because despite the external scenario be relevant to analyze the performance of the economy, the endogenous factors are too important and cannot be disregarded; in this way, from the comparison of authors of three economic currents of largest circulation in academy – Marxist, Keynesian and neoclassical –, an analysis is made on their justifications to the development of crises in the capitalist system. It was decided to follow only the chains that feature a more complex explanation and clear about this process; in this way, this work performs an analysis on the reasons that led the Brazil to the largest economic recession in his history from the Marxian and Keynesian perspective, showing both exogenous factors, such as the external imbalance and the lack of competitiveness of Brazilian industry, exchange rate policies aimed at the devaluation of the Brazilian real and the fall of export; as the endogenous factors, such as insecurity in the labor market, the fall in household income and the reduction of both consumption and public investment. From these analyses, it's possible to observe the path of the Brazilian economy, heading into the recession; and the impact that the change of Government to an intense neoliberal agenda had, mainly, on the lower income classes.

**KEYWORDS:** 2014's economic crises; Brazilian economy; Marxism; Keynesianism; Neoliberalism; precarização do trabalho.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 1 – DIFERENTES INTERPRETAÇÕES DAS RAZÕES DOS CICLOS DE CRISES DO SISTEMA CAPITALISTA .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 2 – AS RAÍZES DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM MARXISTA.....</b>	<b>19</b>
2.1- O mercado de trabalho .....	20
2.2- A financeirização da economia brasileira .....	25
<b>CAPÍTULO 3 – O DESENVOLVIMENTO DA MAIOR RECESSÃO ECONÔMICA BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM KEYNESIANA .....</b>	<b>28</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>42</b>

## INTRODUÇÃO

Com a proposta de promover mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, militantes de oposição à Ditadura Militar fundaram em 1980 o Partido dos Trabalhadores (PT). Luiz Inácio Lula da Silva, primeiro Presidente da República eleito pelo PT, concedeu ao partido o direito de pela primeira vez comandar o Executivo brasileiro, em 2003. De acordo com Marquetti *et al* (2016), dois pontos foram determinantes para essa conquista: a incapacidade das políticas econômicas baseadas no Consenso de Washington de produzir crescimento econômico e gerar empregos e a disposição apresentada pelo partido de realizar um governo de coalizão entre diferentes setores sociais. Em 2002, com a divulgação da Carta aos Brasileiros, Lula demonstrava suas intenções em combinar elementos de políticas neoliberais e desenvolvimentistas.

De acordo com Marquetti *et al* (2016), “a resposta ao ataque especulativo e a crescente demanda internacional por *commodities*” que aconteceu após a primeira vitória de Lula, em 2002, “abriram a possibilidade para a adoção de uma política de estímulo ao crescimento e de redistribuição de renda”, possibilitando a consolidação de diversos programas sociais visando a redistribuição de renda – como o Bolsa Família –, além do expressivo aumento real do salário mínimo – durante os anos 2004 e 2005 – e da obtenção de superávits primários (MARQUETTI, HOFF, MIEBACH, 2016, p. 7-8). Para Braga (2016), a eleição de Lula em 2002 marcou o momento em que, teoricamente, o movimento trabalhista poderia finalmente readquirir suas forças e enfrentar as empresas em benefícios dos trabalhadores, devido à conquista do governo federal – apesar de, como será apresentado adiante, o observado ter sido diferente.

Carvalho (2018) acredita que o cenário externo fez toda diferença no desempenho da economia durante o período que a autora chama de “Milagrinho”<sup>1</sup>, devido à condição internacional favorável e à crescente demanda de *commodities* pela China, resultando em um aumento da taxa de crescimento e queda no desemprego – que contribuiu na sua reeleição, em 2006. Entretanto, a autora atribui as políticas redistributivas e os investimentos públicos em infraestrutura física e social como fundamentais a esse processo, em que a “sorte” não é suficiente pra explicar o tipo e a qualidade do crescimento observado no período.

Para Rugitsky (2016) esse padrão de crescimento econômico apresenta diversos limites que, cedo ou tarde, colocariam em risco sua continuidade.

---

<sup>1</sup>Período que compreende os anos 2006-2010.



Ele tende, por exemplo, a pressionar a inflação de alguns serviços cujos custos são muito influenciados pelos salários dos trabalhadores menos qualificados. Além disso, ele implica em uma regressão da estrutura produtiva, com redução da participação percentual dos setores tecnologicamente mais sofisticados. Combinados, os dois fenômenos fragilizam a inserção do Brasil na economia internacional, tendendo a pressionar as transações correntes no curto prazo e, mais estruturalmente, a agravar a vulnerabilidade externa. (RUGITSKY, 2016, p. 5)

O esfriamento do ciclo 2003-2010 impunha a busca de um novo modelo de crescimento. A decisão consistiu em uma diversificação da base produtiva, financiada principalmente pelo investimento autônomo, apoiado direta ou indiretamente por ações do Estado, afim de garantir o financiamento – e a rentabilidade – do setor privado. A questão é: que tipo de arranjo político demandaria esse novo modelo? Para Carneiro (2017), certamente não aquele da ampla conciliação das classes, que foi observado durante os governos Lula.

A proposta apresentada para impulsionar o crescimento econômico foi chamada de “nova matriz macroeconômica”, e consistia em uma combinação de dois pontos principais: a depreciação da taxa nominal de câmbio e redução da taxa básica de juros. De fato, a nova matriz conseguiu produzir uma aceleração do ritmo de crescimento econômico. Entretanto, a aceleração promovida foi temporária, no segundo trimestre de 2014 o modelo já entra em colapso. De acordo com Oreiro (2017), a partir desse período o país passa a enfrentar uma recessão com a mais profunda e duradoura queda do nível de atividade econômica desde o fim da Segunda Guerra Mundial – e a política ortodoxa adotada em 2015 foi uma péssima escolha para enfrentá-la.

Rossi e Mello (2017), que acreditam que todas as grandes crises que aconteceram carregam diversos motivos e explicações, afirmam que sempre há um fator decisivo que caracteriza e diferencia as crises entre si ao longo do ciclo econômico. “A crise dos anos 1930 foi detonada pela crise internacional, a crise dos anos 1980 explica-se pela dívida externa brasileira, nos 1990 o confisco das poupanças foi a principal razão para a gravidade da crise. Já a principal causa da crise atual foi o choque recessivo de 2015” (ROSSI, MELLO, 2017, p.2).

Tendo como hipótese a incapacidade de se explicar a recessão econômica verificada na economia brasileira após o último trimestre de 2014 através somente de fatores exógenos – como a teoria neoclássica defende –, esse trabalho se propõe a apresentar os fatores endógenos que resultaram na recessão que a economia brasileira se encontra e mostrar sua importância ao analisar o caminho da crise. Para tal, no primeiro capítulo serão apresentadas interpretações neoclássicas, pós-keynesiana e marxistas para o surgimento de crises, tomando como referência a grande recessão da economia norte-americana que se seguiu à crise de

2008; no segundo, serão apresentadas as consequências da política econômica adotada durante o período de crescimento do país, que contribuíram para eclosão da crise; e no terceiro será apresentado o caminho da crise, com os acontecimentos econômicos no período de desaceleração e suas consequências durante a recessão.

## CAPÍTULO 1 – DIFERENTES INTERPRETAÇÕES DAS RAZÕES DOS CICLOS DE CRISES DO SISTEMA CAPITALISTA

Na teoria econômica, existem diversas correntes de pensamentos que explicam, cada uma à sua maneira, as razões para as recorrentes crises nas economias capitalistas. De acordo com Eleutério Prado (2015), a grande recessão estadunidense que foi seguida pela grande crise de 2008 foi um marco importante na evolução do capitalismo, e por isso é um bom ponto de apoio para confrontar as diversas correntes teóricas e suas interpretações. A partir disso, então, neste capítulo serão apresentados três diferentes modelos teóricos, a partir das considerações de Prado (2015): ortodoxo, onde encontram-se os autores neoclássicos que defendem que as origens da crise são exógenas; e heterodoxos, que buscam explicar a crise e os ciclos de recessão do capitalismo através de fatores endógenos, onde temos autores pós-keynesiano, e marxistas.

Entre os autores neoclássicos apresentados, há o debate entre o estado de “estagnação secular”, onde Summers acredita que a economia norte-americana se encontra desde o fim da década de 1970; e a ideia de Bernanke, que acredita que na realidade o estado recessivo das economias desenvolvidas reside na “abundância de poupança” verificada na economia mundial. O ponto referencial dos dois autores, entretanto, é semelhante: situa-se na ideia de que desde a década 1980, o centro da economia capitalista – a economia norte-americana – apresenta uma tendência a baixas taxas de juros reais, chegando a apresentar uma taxa nula em 2010.

Para explicar o motivo da queda observada da taxa de juros real a partir de metade da década de 1980, ambos os autores partem de um modelo macroeconômico básico, onde “a taxa de juros real consistente com o pleno emprego da força de trabalho e dos meios de produção disponíveis resulta do equilíbrio entre a demanda e a oferta de fundos emprestáveis” (PRADO, 2015, p. 190). Dessa forma, para entender a argumentação neoliberal, é preciso ter em mente que esses autores consideram o sistema econômico como um modelo macroeconômico que tende ao equilíbrio<sup>2</sup> – princípio comum dentro da teoria ortodoxa.

No modelo utilizado por eles, a oferta de poupança [...] é formada pela adição da poupança interna do setor privado, da poupança do governo (receita de impostos >

---

<sup>2</sup>Prado afirma que a incapacidade de se explicar o ciclo de crises não se restringe ao caso norte-americano, mas abrange qualquer economia. Ao analisar a abordagem neoliberal sobre a situação econômica do Brasil, o autor afirma: “Ora, isto põe desde logo uma questão de método: como uma teoria econômica fundada no equilíbrio pode compreender um desenrolar histórico em geral? Em particular, como pode compreender a quase estagnação da economia capitalista no Brasil que já percorreu décadas, depois de se iniciar nos anos 80 do século passado? Ora, ela só pode fazê-lo partindo de modelos ditos de crescimento em que os fatos apreendidos apenas se sucedem uns aos outros e o tempo figura só formalmente.” (PRADO, 2017, p. 482).

gasto público) e da poupança externa (importação > exportação). Nota-se, em complemento, que a poupança externa é positiva ou negativa dependendo se há déficit ou superávit nas transações com o exterior. Já a demanda de poupança [...] é simplesmente igual ao investimento interno.

Nesse modelo, a taxa de juros real de equilíbrio de pleno emprego, dita natural, é fixada quando a oferta de poupança se torna igual à demanda de poupança. A economia real, segundo esse modo de pensar, aproxima-se sempre do equilíbrio a menos que exista alguma rigidez travando o ajustamento do sistema. (PRADO, 2015, p. 191-192)

A abundância de poupança, que para Bernanke (2015, *apud* Prado, 2015) foi o grande responsável pela queda da taxa de juros, teve origem nas economias fortemente exportadoras – como a China e outros países da Ásia. Isso ocorreu porque o modelo de especialização produtiva e a estrutura de consumo e investimento desses países possibilitaram manter o volume das exportações muito mais elevado que o das importações, resultando em excesso de poupança. Então, o que era só um superávit no balanço de conta corrente desses países, se transformou em um fluxo de poupança nas economias mais gastadoras do mundo – especialmente na economia norte-americana. Uma justificativa semelhante, realizada por Bacha e Bonelli ([2013?] *apud* Prado 2017) para explicar a recessão brasileira, é apresentada por Prado (2017):

Na explicação da quase estagnação, Bacha e Bonelli se apegam a dois quesitos do crescimento. Primeiro, argumentam que houve um colapso na absorção de poupança externa durante a década perdida dos anos 1980 e, segundo, que o poder de compra da poupança foi afetado fortemente ao longo do período pelo comportamento do preço relativo do investimento [...]. Eis que este – dizem – é “um importante determinante do colapso da formação de capital depois de 1980”. Segundo eles ainda, trata-se de uma “anomalia brasileira numa perspectiva mundial”, pois reflete o fato de que houve “um progressivo encarecimento dos bens de capital no País” (Bacha e Bonelli, 2005, 2013). Como comparam essa alta com uma estabilidade temporal da mesma variável em nível mundial, eles relacionam tal comportamento à opção pelo mercado interno e pela política de substituição de importações que vigorou antes de 1980 e que colapsou a partir de então – não, portanto, como uma consequência endógena do próprio processo de acumulação. (PRADO, 2017, p. 487)

Percebe-se, então, uma característica presente na ortodoxia econômica: a percepção de Bernanke (2015, *apud* Prado, 2015) para a declinação das taxas reais de juros se restringe ao âmbito de circulação do capital a nível internacional. O autor considera apenas os desbalanceamentos dos fluxos de mercadorias e fundos das nações. De fato, foram fatos relevantes; entretanto é um equívoco desconsiderar as crises observadas nos Estados Unidos e no mundo ao todo decorrentes do modelo de sistema econômico aplicado na grande maioria desses países. Essa característica é comum entre economistas neoliberais; acreditar que a responsabilidade desses desbalanceamentos provém somente de decisões de políticas econômicas.

Summers, segundo autor apresentado por Prado (2015), centraliza sua tese na análise da configuração das atuais economias dos Estados Unidos e de outros países industrializados, e então mostra que está cada vez mais difícil obter simultaneamente crescimento econômico adequado, utilizar a capacidade instalada e estabilidade financeira.

Ele [Summers] aponta, portanto, uma razão de ordem estrutural para explicar o desempenho histórico dessas economias, o qual tem sido observado por meio de certas estatísticas descritivas, tais como as do crescimento do PIB e do emprego. Ora, segundo ele, é essa configuração contemporânea das economias capitalistas mais avançadas que se manifesta por meio de “um substancial declínio na taxa de juros real – natural ou de equilíbrio” (Summers, 2014a, p. 66). “Mudanças na estrutura da economia levaram a uma mudança significativa do balanço natural entre poupança e investimento, causando um declínio da taxa de juros real – normal ou de equilíbrio – associada ao pleno emprego” (Summers, 2014a, p. 69). (PRADO, 2015, p. 195).

Entretanto, Summers ([2015?], *apud* Prado, 2015) apenas lista um conjunto de “fatores” ao tentar explicar as razões da queda da eficiência marginal do capital – um conceito tipicamente keynesiano – nas economias de capitalismo avançado. O autor, além de não realizar uma análise intensa sobre a mudança de configuração estrutural observada nas economias capitalistas desenvolvidas, trata esses “fatores” como independentes entre si e não é capaz de conectá-los com o processo de acumulação de capital. Com isso, a queda da taxa de lucro esperada pelos capitalistas seria resultado do “declínio contemporâneo da taxa de crescimento da população, à redução da intensidade de capital nos setores atualmente propulsores do crescimento, ao esmorecimento no aparecimento de inovações tecnológicas, maior concentração da renda e da riqueza, etc.” (PRADO, 2015, p. 195)

Prado (2015) então apresenta Steve Keen, que critica a metodologia adotada por Summers e Bernanke devido à incapacidade de se compreender os movimentos da economia capitalista a partir de um modelo de equilíbrio. Para Keen ([2015?], *apud* Prado, 2015), que explica a trajetória da economia norte americana por uma ótica pós-keynesiana, o ponto de partida para entender essa trajetória deve ser a análise da correlação negativa verificada entre as taxas de desemprego e a oscilação da taxa de endividamento, tanto das famílias quanto das empresas; em relação à queda da taxa de juros nominal, o autor defende que foi resultado da atuação do banco central norte-americano.

A expansão do crédito fácil que ocorreu nos Estados Unidos em 1970, assim como aconteceu no Brasil em 2006, possibilitaram um aumento dos gastos e, com isso, o endividamento familiar e empresarial se expandiu. Na economia norte-americana, enquanto a inflação das dívidas pode ser mantida, houve expansão da demanda efetiva, que resultou na queda da taxa de desemprego. Entretanto, isso foi sustentável durante duas décadas. A partir

de 2008, com o colapso do setor imobiliário e a grande crise internacional, houve contração do estoque das dívidas e a taxa de desemprego se elevou novamente.

Essa expansão do crédito foi possível graças a liberação de empréstimos por parte do setor bancário; para Keen ([2015?], *apud* Prado, 2015), ao realizar isso, o setor bancário está na realidade a criar dinheiro. O autor analisa que, quando o endividamento gera investimento, ele é essencial para o bom funcionamento e expansão da economia capitalista e produz lucros razoáveis aos investidores; entretanto, quando gera especulações nos preços dos ativos, seu crescimento é mais acelerado que o do PIB – ao contrário da situação anterior, onde não se verifica nenhuma tendência de afastamento –; então os lucros dos investidores são exacerbados e possibilitam a criação de esquema Ponzi<sup>3</sup>.

Prado (2015) relembra, então, dois argumentos de Marx, em relação ao dinheiro e ao empréstimo, e afirma que é o último que “anima” a argumentação de Keen. Sobre o primeiro, segundo Marx o dinheiro é uma forma privilegiada de existência do capital, por ser a figura a frente da representação de todas as mercadorias – por precifica-las. Em relação ao empréstimo, Marx defende que o mesmo pode não somente transferir poder de compra de um valor específico pré-definido, mas também pode antecipar o poder de compra de alguma mercadoria que ainda será produzida no futuro.

Se não há dúvida de que “o passivo de uma pessoa é o ativo de outra” – diz ele [Keen] –, não se pode concluir daí que a variação do nível de endividamento não possa ocorrer por meio da criação de poder de compra antes inexistente. E, se assim for, o endividamento pode ter um impacto macroeconômico autônomo. (PRADO, 2015, p. 199)

Ao contrário de Keen, Summers ([2015?], *apud* Prado, 2015) e Bernanke (2015, *apud* Prado, 2015) analisam pela ótica de um modelo macroeconômico ortodoxo, e julgam o dinheiro somente como um meio de transação, que serve para intermediar a compra de mercadorias e, através do poder de compra atribuído a ele, possibilitam a escolha entre o consumo presente ou o consumo futuro, a depender da preferência de cada indivíduo.

Ora, o dinheiro assim pensado – é evidente – não figura como portador da sociabilidade mercantil inerente ao modo de produção capitalista. Ao contrário do que postula essa visão, que se concentra no funcionamento aparente do sistema econômico, o dinheiro é uma forma social que dá uma expressão ao valor de uma maneira unitária e geral – sendo, por isso, portador socialmente objetivo de uma sociabilidade em que os produtos do trabalho se originam privadamente e apenas são socializados “cegamente” por meio do intercâmbio de mercadorias. E, para que este

---

<sup>3</sup>“Esquema Ponzi”, também conhecido como “Esquema em Pirâmide”, é uma operação de investimentos fraudulenta onde os altos lucros que são pagos aos seus investidores provêm do dinheiro pago pelos novos investidores que estão a entrar, e não dos verdadeiros lucros gerados pelo investimento. Esses esquemas oferecem altos retornos em curto prazo, afim de atrair novos investidores; entretanto, para mantê-lo, o fluxo de dinheiro precisa ser constante – ou seja, devem haver frequentes entradas de novos investidores. Todavia, em um certo momento esses esquemas se tornam insustentáveis, já que não existem lucros reais.

sistema possa funcionar, ou seja, para que a sociabilidade capitalista se reproduza indefinidamente, o dinheiro tem de representar no presente, de modo coisificado, na forma de algo que está aí, não apenas o valor criado no passado, mas também o valor que ainda vai ser gerado no futuro. (PRADO, 2015, p. 199-200)

Com isso, Prado afirma que “a memória do valor já produzido e a antecipação do valor a ser produzido são não só inerentes, mas necessárias, para o existir e para o funcionamento concreto da economia capitalista”. Assim, o dinheiro necessita fazer duas pontes: entre o passado e o presente, onde “o dinheiro se representa numa mercadoria real, assumindo a forma, por exemplo, de dinheiro-ouro”; e entre o presente e o futuro, no qual “o dinheiro adere a uma mercadoria virtual – isto é, a um título que representa mercadoria possível –, assumindo então a forma de dinheiro de crédito”. A primeira representação de dinheiro já está presente na história do capitalismo; e com o passar do tempo e seu desenvolvimento, passou a incorporar o caráter de dinheiro fictício no século XX. (PRADO, 2015, p. 200).

Nota-se, agora, que parte da riqueza abstrata assume a forma de títulos em geral, os quais representam valores futuros apenas possíveis; como esses títulos não representam valor já criado, eles são denominados de capital fictício por Marx. Ora, a expansão do crédito, em geral, não se destina apenas à aquisição de mercadorias reais, alimentando, assim, a acumulação real; ao contrário, uma parte dela, devido à própria natureza do sistema econômico, que requer a existência de um sistema ativo e proativo de crédito, pode tomar o rumo da acumulação e da especulação financeira. (PRADO, 2015, p. 202).

De acordo com Saad-Filho (2015), além de existir uma dicotomia entre o Estado e os mercados dentro da corrente neoliberal, atualmente o papel das autoridades econômicas consiste em assegurar que as expectativas do mercado financeiro sejam repassadas para os capitais individuais, trabalhadores e instituições estatais de forma mais clara e original possível – e não mais mediar as rivalidades entre as frações do capital e sua disputa com outros setores da sociedade, como foi característico nos modelos de acumulação anteriores.

A explicação da grande recessão de Keen ([2015?], *apud* Prado, 2015) origina-se do economista pós-keynesiano Hyman Minsky. O autor defende que as crises econômicas do capitalismo não provêm da acumulação do capital nem de erros de políticas econômicas. Na verdade, decorre das estruturas de ativos e passivos das empresas capitalistas. Após prestar atenção em como se formam as expectativas dos aplicadores, empresários e financistas, argumenta que essas expectativas tendem a ser voláteis e pouco racionais numa economia monetária de produção. “Eis que podem oscilar do otimismo para euforia; da euforia para a apreensão; e da apreensão para o mais profundo pessimismo” (PRADO, 2015, p. 203).

O capitalismo é um modo de produção baseado na produção de mercadorias, na geração e na apropriação de mais-valor de modo privado e na acumulação ilimitada de capital. A valorização, mediante o desenvolvimento das forças produtivas, isto é, da ampliação da produção qualitativa e quantitativamente e do aumento incessante da produtividade do trabalho, produz continuamente barreiras para si mesma, as

quais ela própria supera apenas para criar novas – e mesmo maiores – barreiras. (PRADO, 2015, p. 207).

Keen ([2015?], *apud* Prado, 2015) afirma que as expectativas correspondem ao estado financeiro das empresas e interferem diretamente nos retornos dos investimentos. Durante intervalos de prosperidade, especialmente após um quadro recessivo, as estruturas financeiras sólidas prevalecem; entretanto, com o passar do tempo e o desenvolver do ciclo econômico, os investimentos apresentam riscos cada vez mais altos, fragilizando a estrutura do sistema econômico e proporcionando uma situação favorável para um esquema Ponzi. Com isso, a crise e a recessão econômica são duas variáveis inevitáveis ao atual sistema de crescimento econômico.

Nas economias neoliberais transnacionalmente integradas, as finanças controlam a alocação de recursos, incluindo o volume e a composição do produto e do investimento, a estrutura da demanda, o nível e a estrutura do emprego, o financiamento do Estado, a taxa de câmbio e o padrão de especialização internacional, e elas reestruturam o capital, o trabalho, a sociedade e o Estado em conformidade com sua posição dominante e seus interesses específicos. Como tal, *as finanças tornaram-se o modo de existência do capital em geral no capitalismo neoliberal*. A sua proeminência expressa a subsunção real dos capitais individuais pelo (interesse do) capital como um todo, que se expressa e – ao mesmo tempo – se impõe através do funcionamento regular das instituições financeiras e dos mercados e regulamentações anexos a elas. (SAAD-FILHO, 2015, p. 65-66, itálicos no original)

A grande diferença das definições neoclássicas e pós-keynesianas apresentadas acima da definição marxista que será abordada agora está, principalmente, na crítica à responsabilidade unicamente atribuída ao setor financeiro pelas grandes e pequenas crises do capitalismo; de acordo com os economistas marxistas, essa responsabilidade deveria se direcionar ao sistema produtor de mercadorias.

Marx e Keynes diferem radicalmente nos conceitos de mercadoria, dinheiro e capital. Para Keynes, eles referem-se meramente às coisas econômicas, isto é, aos bens – existências materiais que são objetos de propriedade privada capitalista. Para Marx, mercadoria, dinheiro e capital são objetivações de relações sociais de produção e repartição inerentes ao capitalismo como modo de produção. Keynes e seus seguidores opõem abstratamente o capital industrial e o capital financeiro e querem salvar o primeiro do segundo; já Marx considera-os como intrinsecamente associados, e assim caminham no processo de acumulação; são, pois, irmãos inimigos que contribuem em oposição relativa para a busca ilimitada do crescimento econômico e, assim, para a geração não intencionada de superacumulação. (PRADO, 2015, p. 204)

A incapacidade de explicar a origem da crise somente através da esfera financeira já é conhecida; entretanto, Ivanova – autora marxista apresentada por Prado (2015) – afirma que também é insuficiente analisar somente o plano da economia doméstica norte-americana. É essencial considerar igualmente o plano da mundialização do capital, uma vez que, segundo a



autora, existe uma relação particular entre a financeirização da economia norte-americana e a globalização da produção.

A internacionalização imperialista do capital, intensificada depois da crise dos anos 1970, não ocorreu sem que, com ela, tenha ocorrido também uma redefinição na divisão do trabalho em âmbito mundial. A separação do mundo entre países exportadores e países importadores de mercadorias industriais foi reestruturada significativamente, pois uma parte da produção industrial foi transferida do centro para a periferia do sistema. Mas essa transformação não enfraqueceu o imperialismo, pois reforçou a subsistente divisão do mundo entre países emprestadores e países tomadores de capital financeiro. (PRADO, 2015, p. 204-205)

Ivanova (2012, *apud* Prado, 2015) defende que a financeirização da economia estadunidense resultou da estratégia de redução de custos da força de trabalho, com o processo da realocação, especialmente para Ásia, da força de trabalho intensiva. A queda da lucratividade na produção industrial gerou um processo de desindustrialização resultando numa mudança estrutural, que paulatinamente a transformou numa economia predominantemente de serviços. Segundo a autora, “a combinação de persistente transferência dos empregos para países de baixos salários e a estagnação dos ganhos dos trabalhadores domesticamente tornou a economia dos Estados Unidos dolorosamente dependente da expansão do crédito para sustentar os níveis de consumo pessoal”. Para a autora, o acesso ao crédito – especialmente direcionado a compras imobiliárias – atuou como um amenizador entre a tensão que se acentuava entre o crescimento econômico com a crescente desigualdade de renda (PRADO, 2015, p. 205).

Outra questão importante que necessita ser analisada para compreender o caminho da crise é observar o que aconteceu com a lucratividade do capital e com a acumulação do capital. Para tal, Prado (2015) apresenta Kliman, que ao tratar do assunto, mostra em sua tese um estudo que analisou, a partir da definição de Marx, as atividades produtivas e improdutivas<sup>4</sup> dos Estados Unidos; e verificou que as atividades improdutivas cresceram consideravelmente em comparação às produtivas. Com isso, duas coisas foram observadas: houve aumento da parcela salarial nas atividades produtivas; mas o salário não acompanhou essa expansão, configurando um aumento da taxa de exploração durante o período.

Ainda que a massa de lucro bruta tenha crescido substancialmente nos países desenvolvidos – em parte por causa da captura de mais-valor por meio da troca desigual e do jurismo (Prado, 2014c) –, parece ter havido um aumento muito pequeno nessas economias da massa de lucro líquida, ou seja, da massa de lucro bruto quando se desconta dela os gastos improdutivos. Depois de 1980, portanto, mesmo que a taxa de lucro bruta tenha aumentado [...], a taxa de lucro líquida [...] não parece ter se elevado nos Estados Unidos e nem, provavelmente, nas economias centrais como um todo. (PRADO, 2015, p. 210)

---

<sup>4</sup>Sobre Trabalho Produtivo e Improdutivo, ver Marx (1978).

Kliman ([2015?], *apud* Prado, 2015) afirma que a taxa de acumulação, mesmo sendo determinante no cenário, não pode ser considerada como inesperada; e dá um passo além: corrige a falha de Keen ([2015?], *apud* Prado, 2015) ao não relacionar o surgimento de bolhas no sistema econômico com o processo de produção de mercadorias – o grande responsável por todo processo de acumulação de capital.

A geração de lucros é o que torna possível os investimentos produtivos dos lucros; assim, a indução ao investimento torna-se escassa se a lucratividade cai e os negócios não antecipam um futuro róseo. O declínio da taxa de acumulação leva, por sua vez, a uma queda das taxas de crescimento do produto e do emprego; ora, essa redução no crescimento vai se mostrar como a principal causa do aumento das dívidas privadas e públicas. [...] Outra causa importante da “grande recessão” [...] é que o governo e o Banco Central (FED) dos Estados Unidos tentaram repetidamente manejar ou reverter a queda da lucratividade, do investimento e do crescimento por meios de políticas fiscais e monetárias estimulantes, as quais tiveram sucesso no curto prazo, mas exacerbaram os problemas advindos de um endividamento posto como crescente. Como resultado surgiu uma série de crises de dívidas e de bolhas que estouraram. (Kliman, 2015, p. 236-237, *apud* PRADO, 2015, p. 211-212)

Prado (2015) afirma que, entretanto, a queda da lucratividade e a exacerbação financeira não são fatores independentes; mas pelo contrário, “é da natureza ilimitada do capital passar a crescer especulativamente quando encontra limitações para crescer na esfera da produção mercantil propriamente dita”. Com isso, a forma eficiente de se solucionar a crise, que seria a partir da destruição do capital, é posposta e os capitalistas continuam pagando suas dívidas antigas. Para o autor, isso se trata de uma “fuga para a frente” (PRADO, 2015, p. 212). Entretanto,

ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento proporciona um alívio no aperto da lucratividade – frequentemente ilusório porque crescem mais, efetivamente, os ganhos financeiros fictícios do que os lucros reais –, isto eleva a um grau superior a tensão proporcionada pelo desenvolvimento da contradição entre a valorização do valor e a produção mercantil. Pode demorar mais ou menos tempo, mas a hora da morte chegará para uma parte importante dos capitais ineficientes que atuam nas esferas produtivas, assim como dos capitais fictícios desapegados da criação de mais-valor. (PRADO, 2015, p. 212)

De acordo com Saad-Filho (2015), essa posição estrutural das finanças sob o modelo de crescimento capitalista, que é baseado no neoliberalismo, apoiou o surgimento de uma série de instrumentos de capital fictício. Com isso, houve a expansão das atividades puramente especulativas, com crescimentos assombrosos das recompensas para os capitalistas e altos gerentes do capital. Tudo isso, apoiado num expressivo aumento da taxa de exploração do trabalho.

Mesmo que a mundialização do capital não seja um fato inédito na história do capitalismo, os processos de desindustrialização e reestruturação produtiva, junto com a mudança da divisão internacional do trabalho foram mudanças únicas, que só passaram a ser

observadas a partir da década de 70. Para ser capaz de compreender e explicar de forma profunda e clara os motivos que acarretam uma crise econômica, é imprescindível compreender a mudança estrutural que as economias capitalistas passaram; caso contrário, não passarão de argumentos enviesados e incompletos, pois não foram capazes de abranger e alcançar a totalidade dos acontecimentos.

Aqui encontra-se uma notável falha e limitação da corrente neoliberal: além de pensar no crescimento econômico como uma sucessão de estados de equilíbrios, ao considerar somente fatores exógenos em suas análises é criada uma barreira que a impede de compreender os reais motivos que conduzem um país à crises econômicas – pois, ao concentrarem sua atenção somente em fatores como taxa de juros e poupança, se tornam incapazes de compreender a totalidade dos acontecimentos.

As correntes keynesiana e marxista, ao contrário, são capazes de fazer uma análise mais completa e esclarecedora sobre o ciclo de crises observado no sistema capitalista, pois incorporam às suas discussões os fatores endógenos que, assim como serão mostrados a seguir na análise sobre a crise brasileira, são de extrema importância ao se analisar o comportamento da economia. A primeira, ao analisar os impactos do crescimento expressivo do setor de serviços em detrimento do crescimento industrial, trata da desindustrialização e da mudança na estrutura de produção do centro mais desenvolvido; e examina seus impactos, já que o setor de serviços não é capaz de liderar de forma eficaz o crescimento econômico e a acumulação de capital. A segunda, observa de forma mais intensa as consequências que a mudança da divisão internacional do trabalho – que, por sua vez, foi consequência da mudança na estrutura produtiva e do processo de desindustrialização – trouxeram para as economias capitalistas; e os impactos que resultaram nas economias ainda em desenvolvimento e, especialmente, nas famílias mais pobres e vulneráveis – que estão, cada vez mais, reféns da lógica do capitalismo: a lógica da exclusão.

Isto posto, nos próximos capítulos serão analisadas as diferentes interpretações heterodoxas que levaram o Brasil a pior crise econômica da sua história. Para isso, serão apresentados os argumentos das teorias marxista e keynesiana, que discutem de forma mais profunda e completa o que levou o país a esse estado de recessão.

## CAPÍTULO 2 – AS RAÍZES DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM MARXISTA

Durante os anos de 2003-2010, o Brasil viveu sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro presidente eleito do Partido dos Trabalhadores. Seu governo, que ficou conhecido por ter buscado uma coalizão dos interesses da burguesia – industrial, financeira e agrícola – e do movimento sindical popular, conseguiu configurar um “jogo de ganha-ganha” que é alvo de discussões até hoje.

Entre as diversas interpretações e explicações para o sucesso do governo Lula, Ruy Braga (2016) defende que este decorreu da combinação do momento econômico favorável com a consolidação de um “reformismo fraco”<sup>5</sup>. Isto é, a combinação do crescimento econômico com a desconcentração de renda daqueles que vivem do trabalho se tornou algo muito sedutor para o precariado<sup>6</sup> brasileiro – especialmente se considerar o ambiente de crise internacional que predomina forte tendência ao aumento das desigualdades. De acordo com Adalmir Marquetti *et al* (2016), de fato a vitória de Lula foi resultado da incapacidade das políticas econômicas baseadas no Consenso de Washington em produzir crescimento econômico e reduzir o desemprego.

Para Marquetti *et al* (2016), o que possibilitou a adoção de uma política de estímulo ao crescimento juntamente com redistribuição de renda foi a crescente demanda internacional por *commodities* e o ataque especulativo que as eleições resultaram naquele período. A desconcentração de renda resultante das políticas públicas redistributivas, juntamente com o crescimento econômico e a formalização do mercado de trabalho, garantiu a inserção da classe pobre que não tinha como poupar e transformava toda sua renda em consumo.

Do ponto de vista redistributivo, houve a consolidação de diversos programas de transferência de renda para a população de baixa renda no Bolsa Família. O salário mínimo, sob pressão das centrais sindicais, teve aumentos reais expressivos em 2004 e 2005. O aumento da formalização do mercado de trabalho e a ampliação das receitas fiscais oriundas do crescimento da produção e da renda no setor de *commodities* possibilitaram a ampliação dos programas de transferência de renda, em simultâneo à obtenção de superávits primários. (MARQUETTI, HOFF, MIEBACH, 2016, p. 7-8)

Entretanto, é importante lembrar que, dos 2,1 milhões de empregos formais criados todos os anos, 2 milhões remuneraram até 1,5 salário mínimo<sup>7</sup>. Dessa forma, esse ciclo de progresso material esbarra em um limite muito preciso: a dificuldade do mercado de trabalho

---

<sup>5</sup>Expressão popularizada do cientista político André Singer.

<sup>6</sup>De acordo com Braga, o “precariado” origina-se do proletariado precarizado, grupo que integra a classe trabalhadora mais explorada e mal paga do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas; onde a precarização é vista como inevitável no processo de mercantilização do trabalho.

<sup>7</sup>(BRAGA, 2016, p.56).

brasileiro em gerar empregos mais qualificados que os facilmente encontrados – como no setor de construção civil e serviços pessoais, por exemplo. Além disso, é importante pontuar o aumento da rotatividade e de flexibilização do emprego, que tornaram as condições de trabalho mais precárias, com crescente número de acidentes de trabalho ao longo do país. Com isso, Braga (2016) conclui com certa clareza que

conforme a experiência política da classe trabalhadora brasileira com o atual modelo de desenvolvimento se aprofundou, mais problemático tornou-se o controle do movimento sindical sobre a inquietação das bases com os baixos salários, a deterioração das condições de trabalho e o aumento do endividamento das famílias trabalhadoras. (BRAGA, 2016, p. 57)

Esse cenário de salários baixos e precarização do trabalho, em conjunto com a financeirização da economia – que resultou na segregação urbana das classes mais pobres e periféricas – gerou um cenário de descontentamento das classes mais baixas que, de acordo com Braga (2016), criou uma tensão entre a regulação política e a acumulação econômica, que pôs em xeque a hegemonia lulista.

## **2.1- O mercado de trabalho**

Ao comparar o comportamento operário atual com o do fordismo clássico, é necessário considerar as mudanças que o perfil da classe trabalhadora brasileira passou, com o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho e o aumento da escolaridade – já que atualmente o diploma de ensino médio se tornou critério básico para entrar no mercado de trabalho. Também não se deve negligenciar os impactos que, de acordo com Braga (2016), a transformação do padrão de consumo mundializado causou sobre as diferentes posições sociais dos trabalhadores.

Na realidade, a soma do desmanche das formas de solidariedade fordista promovido pela empresa neoliberal com o avanço do padrão de consumo pós-fordista estimulado pela globalização econômica impulsionou um avanço sem precedentes da individualização do comportamento da classe trabalhadora no país. (BRAGA, 2016, p. 58)

Há pelo menos uma década a estrutura social brasileira não percebe ganhos reais de produtividade. A economia brasileira cresceu às custas da deterioração da indústria de transformação, que passou de 27,8% do PIB em 1988 para 14,5% do PIB em 2010. Para o autor esse novo padrão de consumo não é diferente: também não resulta em ganhos de produtividade proporcionados pelo desenvolvimento da indústria nacional, que é a única capaz de garantir ganhos reais; mas sim sobre as economias de escala garantidas por alguns setores econômicos estratégicos que empregam força de trabalho não qualificada – como

mineração, agroindústria, petróleo e construção civil. Dessa forma, a base da pirâmide se alarga, mas remunera muito mal.

Em 2002, a eleição de Lula e a conquista do governo federal marcam o momento em que, teoricamente, o movimento trabalhista finalmente poderia retomar suas forças e enfrentar as empresas em prol dos benefícios dos trabalhadores. O observado foi diferente. Os dirigentes sindicais foram absorvidos pelo aparelho de Estado e pelos fundos de pensão<sup>8</sup>, e deixaram de representar os interesses dos trabalhadores consagrando suas posições como verdadeiros administradores do investimento capitalista brasileiro, atendendo interesses particulares de uma burocracia sindical – que rapidamente se transformou em uma nova burguesia de Estado.

De acordo com Braga (2016), a reprodução das condições estruturais da produção do trabalho barato é um traço característico do regime de acumulação brasileiro. Por esse motivo, o “tardo capitalismo periférico” não pode dispensar os altos níveis de informalidade e precarização, pois asseguram a sub-remuneração da mercadoria força de trabalho. Para então garantir as condições mínimas de sua própria reprodução, o precariado se vê obrigado a se mobilizar politicamente, mesmo que para isso precise se rebelar dos sindicatos.

Por ser uma relação histórica, evidentemente, a práxis política do precariado do período fordista não é a mesma que a atual. Tanto demandas quanto sujeitos políticos diferem nitidamente. No entanto, o Brasil é um país com certas características estruturais que nos levam a concluir que a formação, na década de 1950, daquele instinto de classe ainda pode ajudar a compreender a atual dinâmica dos conflitos laborais, em especial aqueles protagonizados a partir de 2011 pelo precariado industrial e dos serviços. (BRAGA, 2016, p. 59)

O biênio 2011-2012 não apresentou grandes alterações ao mercado de trabalho, que em geral continuou contratando até 2015 – mesmo que não com a mesma intensidade verificada durante década de 2000 –, e a tendência à desconcentração de renda na base da pirâmide não foi revertida. Isso,

além de alimentar uma sensação de que a crise econômica não era grave, essa conjuntura obliterou uma antiga lição da sociologia latino-americana: em países outrora colonizados e depois subdesenvolvidos, as modernas relações de produção capitalistas são dominadas pelo atraso, tendendo a reproduzir as bases materiais da produção massificada do trabalho barato e superexplorado. (BRAGA, 2016, p. 60)

---

<sup>8</sup>Aproximadamente metade das vagas dos cargos superiores de direção e assessoramento foram preenchidas por sindicalistas durante o governo Lula – cerca de 1.300 –; e posições estratégicas relativas aos fundos de pensões das empresas estatais – como Petrobrás e Furnas Centrais Elétricas – foram ocupadas por dirigentes sindicais, que passaram também a integrar o conselho administrativo do BNDES. Com isso, o sindicalismo brasileiro se elevou a condição de um ator estratégico no tocante ao investimento capitalista no Brasil. Observa-se então um “aparente paradoxo de um início de mandato petista que, nitidamente subsumido ao domínio do capital financeiro, conservou o essencial da política econômica estruturada pelos tucanos [PSDB, partido do presidente anterior à Lula] em torno do regime de metas de inflação, do câmbio flutuante e do superávit primário nas contas públicas.” (BIANCHI; BRAGA, 2011).

Os anos 1990 foram difíceis para o movimento sindical brasileiro, especialmente ao analisar cenário de desemprego em massa que o país se encontrava e a promoção de um ciclo de reestruturação produtiva promovido pelas empresas que terceirizou, flexibilizou e precarizou o trabalho. Braga (2016) aponta os dois efeitos mais salientes sobre o movimento sindical: o recuo nas taxas de sindicalização e o “desmanche do militantismo de base em favor de um aumento do pragmatismo das cúpulas sindicais”. Isto, somado ao fato de que o atual ciclo de financeirização da economia – inaugurado nos anos 1990 – não somente promoveu a inserção da estrutura social brasileira na mundialização capitalista através de um modelo apoiado sobre elevadas taxas de juros, na interdependência operacional do Banco Central e na política de câmbio flutuante, mas também redefiniu as bases sociais do precariado do Brasil.

Se até meados dos anos 1990 a dinâmica nacional de criação de empregos concentrava-se na faixa de três a cinco salários mínimos, com a indústria respondendo por 40% das novas vagas, entre 1994 e 2008 a dinâmica do emprego deslocou-se para os serviços – 70% das vagas foram abertas nesse setor. Assim, aquela massa de 6 milhões de trabalhadores desempregados formada entre 1994 e 2002 foi absorvida por ocupações serviços sub-remuneradas (até 1,5 salário mínimo). Isso fez com que a parcela dos ocupados nessa faixa salarial alcançasse 60% de todos os postos de trabalho no país. (BRAGA, 2016, p. 61)

Se, por um lado, é possível identificar a redução do processo de precarização ocupacional, devido ao aumento da formalização do trabalho; por outro verifica-se que com ele veio a ampliação das terceirizações, que tirou alguns direitos sociais dos trabalhadores e precarizou os contratos sociais e salários. Conforme esse modelo se aprofundava, mais difícil era controlar a insatisfação das classes de salários mais baixos, pois a deterioração das condições de trabalho e o aumento do endividamento das famílias estava tornando a situação insustentável.

Desde 2008, por mais que os líderes sindicalistas lulistas não quisessem encabeçar movimentos que atingissem o governo federal, o ambiente tornou impossível conter a organização dos trabalhadores, que estava insatisfeita com suas representações sindicais e não se conformava mais com propostas de políticas públicas. Os trabalhadores, então, promoveram greves e paralizações, rebelando-se das organizações sindicais tradicionais. Em 2013 houve uma onda de greves inéditas no país nos mais diversos setores: professores, funcionários públicos, metalúrgicos, operários da construção civil, motoristas e bancários; e foi observada uma considerável participação da esfera privada, que correspondeu a 54% do total.

TABELA 1 – Total de greves na esfera privada por setor no Brasil (2012-2013)

Setor	2012		2013		Taxa de crescimento	Varição da participação
	nº	%	nº	%	%	(p.p.)
Indústria	334	72	553	50	65,6	-22,0
Serviços	122	26,3	527	47,6	332	21,4
Comércio	5	1,1	16	1,4	220	0,4
Rural	3	0,6	7	0,6	133,3	0
Multisetorial	0	0	3	0,3	-	0,3
<b>TOTAL</b>	<b>462</b>	<b>100</b>	<b>1.106</b>	<b>100</b>	<b>138,4</b>	<b>-</b>

Fonte: Braga (2016). Fonte original: Dieese; Sistema de acompanhamento de greves (SAG-Dieese).

Nessa onda de greves, foi observada uma convergência espontânea entre a “luta política do precariado urbano” que se manifestou em defesa dos seus direitos sociais e a “luta econômica da classe trabalhadora mobilizada sindicalmente”, que reivindicavam melhores salários e condições de trabalho; anunciando o fim do lulismo como forma de pacificação social. Além disso, Braga (2016) pontua ainda que as greves observadas em 2013 anunciavam mais uma limitação do modelo de crescimento, pois o caráter defensivo das greves – como demonstrado na tabela abaixo – explicita precarização que se expandia no mercado de trabalho.

TABELA 2 – Principais reivindicações das greves na esfera privada no Brasil (2012-2013)

Setor	2012		2013	
	nº	%	nº	%
Alimentação	184	39,7	418	37,8
Reajuste salarial	156	33,6	326	29,5
Pagamento de salários atrasados	94	20,3	287	25,9
PLR - Participação nos Lucros e/ou Resultados	157	33,8	232	21
Assistência médica	91	19,6	158	14,3
Condições de trabalho	37	8	104	9,4
<b>TOTAL</b>	<b>464</b>	<b>100</b>	<b>1.106</b>	<b>100</b>

Fonte: Braga (2016). Fonte original: Dieese; Sistema de acompanhamento de greves (SAG-Dieese). (A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves pois uma paralização pode ter diferentes motivações).

Os aumentos dos salários, conquistados através da luta de classes, entretanto, não ocorreram somente acima da inflação, mas também acima do aumento da produtividade. Isso apresentou uma limitação do modelo de desenvolvimento, uma vez que sua base consiste na criação de empregos no setor de serviços – onde os ganhos de produtividade são limitados, devido a dificuldade de se produzir ganhos de escala. O aumento dos salários acima do aumento da produtividade, por sua vez, resulta na redução da taxa de lucro dos empresários



devido à queda da rentabilidade por unidade produzida<sup>9</sup>. Juntamente a isso, de acordo com Braga (2016), se seguiu um endurecimento nas condições de consumo da força de trabalho por conta do crescimento das taxas de rotatividade e terceirizações do trabalho do país. Com isso, uma importante parte do que foi conquistado em termos de rendimentos de trabalho com o aumento da formalização e a valorização do salário mínimo foi perdida com a alta rotatividade do emprego.<sup>10</sup>

Portanto, o aumento da formalidade não passou de uma falsa percepção de que a proteção do trabalhador estaria aumentando. Na verdade, Braga (2016) verificou uma nova onda de mercantilização do trabalho, que se enraizava na base do modelo de desenvolvimento brasileiro. O novo ciclo de empregos formais se moldou de tal forma a reproduzir quase as mesmas inseguranças sociais que o emprego informal gerava. Com isso, Braga (2016) sintetiza a era Lula com o binômio “formalização e precarização”, já que mesmo com o boom de empregos formais gerados entre 2004-2008, os trabalhadores continuaram na situação de violência e insegurança característica do modo de vida de trabalhadores precários.

Assim, para o autor o núcleo do problema se encontra na relação histórica de dominação que existe entre o explorado e o explorador. O emprego irregular<sup>11</sup> – seja em forma de cooperativas, terceirizações<sup>12</sup> ou contratos comerciais – se tornou parte indispensável do regime de acumulação pós-fordista e financeirizado.

---

<sup>9</sup>Isso ocorre pois, na ótica do empresário, aumento dos salários aumenta o custo marginal, que ao crescer mais rápido que os preços, reduz a receita marginal; diminuindo a rentabilidade por unidade produzida.

<sup>10</sup>É importante destacar que a deterioração das condições de trabalho verificada nos anos 2000 tornou-se mais saliente porque a maioria das vagas foi preenchida por jovens, mulheres e não brancos, que são historicamente os grupos mais suscetíveis as flutuações cíclicas do mercado de trabalho.

<sup>11</sup>Sobre a relação trabalho formal-informal, o autor faz uma interessante observação, o lícito-ilícito acaba se tornando inerente ao modo de vida do precariado urbano. “Muitas vezes, a intimidade entre o lícito e ilícito aparece menos sob a forma de polaridade do que de combinações sempre conflituosas entre mundos diferentes, porém interdependentes. Por vezes, no interior de uma mesma família, encontramos filhos “trabalhadores” e filhos “bandidos” cujas atividades complementam-se tanto no plano moral quanto no plano material. A tensão valorativa que a presença do ilícito cria no interior da família, no entanto, tende a ser mitigada com o passar do tempo pela negociação de uma série de pequenos armistícios cotidianos capazes de reproduzir certo equilíbrio de forças entre os mundos do trabalho e do crime. Trata-se de um expediente que deriva da impossibilidade de a família reproduzir-se recorrendo exclusivamente aos rendimentos do trabalho, ainda que formal. Antes de tudo, a porosidade entre o lícito e ilícito é uma estratégia de sobrevivência nas periferias.” (BRAGA, 2016, p. 76-77).

<sup>12</sup>Em relação as terceirizações, é importante salientar que seu aumento não apenas desapossou o trabalhador de alguns de seus direitos trabalhistas e benefícios acentuando a mercantilização do trabalho, mas também contribuiu diretamente para o aumento da jornada de trabalho, que comprimiu os salários e elevou a rotatividade. De acordo com Braga, esse contexto é imprescindível ao avaliar o trabalho formal subalterno, já que trabalhadores terceirizados tem uma taxa de rotatividade 53,5% superior em relação aos trabalhadores diretamente contratados e recebem 24,7% a menos em uma jornada semanal maior em 7,5 horas. “Da informalidade à terceirização: em larga medida, a combinação entre formalização e precarização do trabalho característica da era Lula transformou o trabalho terceirizado na síntese dessa verdadeira nova precarização que se enraizou no regime de acumulação pós-fordista.” (BRAGA, 2016, p. 79).

## 2.2- A financeirização da economia brasileira

Em 2011, quando a economia brasileira começou a apresentar um ritmo de desaceleração, o governo criou um conjunto de medidas – posteriormente chamado de “Nova Matriz Macroeconômica” –, visando retomar trajetória de crescimento que estava sendo perdida. Entre as medidas, para Marquetti *et al* (2016) destacava-se “a forte ampliação das desonerações fiscais e a concessão de subsídios; a utilização dos bancos públicos para forçar uma redução do spread bancário e da taxa de juros ao tomador final o crescimento”. Além disso, o modelo propunha medidas setoriais para reduzir os custos, “como a revisão das concessões de energia elétrica; as desonerações da folha de pagamentos; e a oferta de juros subsidiados através do BNDES para o investimento em máquinas, equipamentos e construção residencial” (MARQUETTI, HOFF, MIEBACH, 2016, p. 13).

Nesse incentivo aos investimentos em construção residencial, Braga (2016) observa um aprofundamento do *apartheid* social, que dominou a paisagem urbana do país. Para o autor, isso ocorreu devido ao programa Minha Casa Minha Vida, que tinha como proposta possibilitar, a partir de subsídios do governo, a aquisição da casa própria para as classes mais pobres. Entretanto, esse aumento de liquidez do crédito público resultou em um aumento da especulação imobiliária. Com isso as construtoras passaram a tratar as terras urbanas como ativos financeiros: compravam terrenos nas piores localidades e menores preços na esperança da valorização. Os megaempreendimentos foram, então, inseridos nas piores localidades da cidade, acentuando a segregação espacial existente entre ricos e pobres.

Essa financeirização do espaço urbano impulsionou o processo de precarização das condições de reprodução das classes subalternas, mostrando que, mesmo em seu auge – segundo governo Lula – o modelo de desenvolvimento brasileiro já apresentava limites muito objetivos no tocante à mobilidade social do proletariado precarizado, revelando aspectos centrais de seu esgotamento.

Até 2014 a hegemonia lulista alcançou um notável sucesso em reproduzir tanto o “consentimento passivo” das massas quanto o “consentimento ativo” das direções<sup>13</sup>. Durante

---

<sup>13</sup>“Consentimento passivo” e “consentimento ativo” são conceitos de Gramsci; Braga caracteriza que o “consentimento passivo” das massas ocorre durante o período de expansão do ciclo econômico, pois garantiram modestas, mas efetivas concessões aos trabalhadores; “o *subproletariado semirural* [...] foi beneficiado pelo programa Bolsa Família, passando da extrema pobreza para a pobreza oficial. O *preariado urbano* deixou-se seduzir pelos aumentos do salário mínimo acima da inflação e pela formalização do mercado de trabalho com a criação de empregos. O *proletariado sindicalmente organizado* beneficiou-se do mercado de trabalho aquecido, alcançando negociações coletivas vantajosas tanto em termos salariais quanto em benefícios trabalhistas”. Já as bases para o “consentimento ativo” das direções, segundo o autor, foram criadas através da capacidade do projeto de governo petista de “combinar concretamente os interesses da burocracia sindical, das lideranças dos movimentos sociais e de setores médios intelectualizados” (BRAGA, 2016, p. 87).

esse ciclo de expansão da economia, entretanto, certas contradições sociais se acumularam, resultando a reviravolta de 2016 – que culminou no impedimento da presidente Dilma, no mês de agosto. Quando em ritmo de desaceleração, a média dos empregos criados que pagavam até 1,5 salário mínimo cresceu de 94% para 97,5%<sup>14</sup>, que eram ocupados pelas classes historicamente mais vulneráveis no mercado de trabalho – mulheres, jovens e negros. Além disso, destaca-se o aumento da rotatividade e do número de acidentes e mortes no trabalho.

De acordo com Braga (2016), tais consequências não poderiam ser diferentes, pois além do modelo de regime de acumulação pós-fordista ter como principais motores os setores de construção civil, indústrias de construção, agroindústria e setor de serviços, o Brasil ainda não superou sua condição semiperiférica – a combinação de um grande número de empregos de baixa remuneração com um baixo índice de investimento em ciência e tecnologia. A soma desses acontecimentos resultou no maior ciclo de greves da história do país.

Houve, então, uma transição do modelo de desenvolvimento brasileiro do “esboço desenvolvimentista” para uma política austera desenhada quase que diretamente pelo setor financeiro, marcado pelo aprofundamento da crise econômica em conjunto com as políticas neoliberais do segundo governo de Dilma. Os cortes dos gastos federais elevaram o desemprego, atingindo tanto o precariado urbano quanto o proletariado organizado sindicalmente; tal acontecimento resultou no rompimento do proletariado precarizado com o lulismo, cujo apoio dependia da manutenção do emprego formal, mesmo que de baixa qualidade.

Em 2013, houve uma série de manifestações com objetivos difusos – inicialmente, revogavam o aumento das passagens de transporte público, que evoluiu para melhoras no serviço público como um todo, reivindicações dos gastos com a Copa do Mundo, corrupção e partidos políticos. Marquetti *et al* (2016) observa que nesse período houve protestos tanto dos setores de esquerda quanto de direita, cada um com seu objetivo. Devido à incapacidade do governo em apresentar medidas e propostas às questões levantadas na rua, a popularidade da presidente Dilma foi caindo em ritmo acelerado.

No meio do cenário de insatisfação da população e das denúncias de corrupção da Operação Lava Jato<sup>15</sup> – que, para o autor, foi responsável pelo aprofundamento da imagem

---

<sup>14</sup>(BRAGA, 2016, p. 89).

<sup>15</sup>De acordo com Pinto (2017), “essa megaoperação é conduzida por segmentos da alta classe média – juízes, procuradores e delegados federais. Esta condução expôs as vísceras da relação entre o Estado e sua burocracia e parte do bloco no poder (frações de classe proprietárias de grandes corporações) do capitalismo brasileiro. Tais vínculos tem sido historicamente marcados por relações não republicanas envolvendo financiamento de

negativa da presidente – foi observada a possibilidade de tentar colocar em prática uma agenda neoliberal que priorize o grande capital financeiro. Para isso, era necessário o afastamento da presidente, que teve seu processo de impedimento concluído em agosto de 2016. De acordo com Marquetti *et al* (2016, p. 20-23), esse processo foi na realidade “um golpe político por parte da grande burguesia e setores conservadores da sociedade brasileira nas classes populares”, que “terá consequências importantes sobre a renda dos trabalhadores e a população brasileira de baixa renda”. Para o autor, “o conjunto de políticas a ser adotada pelo novo governo sinaliza o fim da experiência inclusiva no país” e marcam o início de uma nova etapa na trajetória socioeconômica do Brasil – onde as políticas elevam os ganhos financeiros em detrimento da parcela salarial.

### **CAPÍTULO 3 – O DESENVOLVIMENTO DA MAIOR RECESSÃO ECONÔMICA BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM KEYNESIANA**

O período compreendido entre o segundo trimestre de 2014 até o quarto trimestre de 2016 configurou a última e maior recessão econômica da história do Brasil<sup>16</sup>. Apesar do país ter enfrentado alguns casos de contração de renda<sup>17</sup> e episódios recessivos ao longo do século XX, nenhum apresentou tanto impacto de contração do PIB. Em 2014, o PIB real apresentou um singelo crescimento de 0,5%, seguido por contrações de 3,5% nos dois anos seguintes – a última vez que a economia brasileira apresentou dois anos seguidos de recessão do PIB real foi logo após a Crise de 29, no biênio 1930-1931.

Ricardo Carneiro (2017) assume que a política econômica e sua operação são condicionadas por um contexto mais amplo, no qual além das relações de classes, existem também aspectos estruturais e cíclicos no âmbito econômico, formando um plano de fundo onde as decisões de política econômica são tomadas e produzem seus resultados; que acarretaram na crise que se instalou na economia brasileira após 2015.

Conforme o autor, é necessário diferenciar o plano estrutural do plano doméstico. No primeiro, Carneiro (2017) observa uma crescente integração da economia brasileira a uma economia financeirizada nos países desenvolvidos desde os anos 90 e é marcada pela recorrência de bolhas de preços de ativos e pela gigantesca crise financeira de 2008. As políticas monetárias não convencionais adotadas pelos países centrais intensivaram os ciclos de liquidez, subjacentes às bolhas. Além disso, percebe-se no âmbito produtivo “a constituição de cadeias globais de valor com a fragmentação das etapas produtivas, originando uma intensificação da concorrência fundada na redução de preços, acentuada após a crise em razão do aparecimento de capacidade ociosa generalizada, mormente na China” (CARNEIRO, 2017, p. 1).

No plano doméstico, durante o período 2003-2010 a economia brasileira vivenciou um período de aceleração do crescimento, que foi inicialmente impulsionado pela alta no preço das *commodities*; e posteriormente pelo rápido crescimento do consumo e do investimento. Entretanto,

esse ciclo, embora peculiar por se acompanhar da melhoria da distribuição da renda, perdeu progressivamente dinamismo. Em parte, pela perda de velocidade da

---

<sup>16</sup>De acordo com o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE).

<sup>17</sup>Rossi e Mello (2017) comparam quatro períodos de grandes crises da história brasileira a partir da contração de renda anual: a grande depressão, nos anos 1930; a crise da dívida, em 1980; o confisco da poupança do governo Collor, em 1989 e a crise atual; e verificam que em nenhuma delas a queda acumulada do PIB foi superior a 7% – exceto a atual, que em 2015 e 2016 apresentou dois anos de forte redução do PIB.

melhoria da distribuição fundada em mecanismos salariais, mas principalmente pelos limites ao endividamento das famílias. Ademais, os programas públicos de transferência de renda, muito relevantes para explicar a melhoria da distribuição, alcançaram um limite no quadro fiscal prevalecente. O investimento, por sua vez, teve seu dinamismo atenuado pelo vazamento de parte da demanda de máquinas e equipamentos e insumos intermediários para o exterior, em razão da especialização regressiva. (CARNEIRO, 2017, p. 1)

De acordo com Laura Carvalho (2018), devido os desequilíbrios externos e a falta de competitividade da indústria brasileira, diversos economistas passaram a propor uma mudança de modelo econômico, substituindo o estímulo ao mercado interno por meio dos pilares já existentes por um modelo de crescimento voltado às exportações e centrado no desenvolvimento industrial. Citando Pessôa (2016), Balassiano (2018, p. 3) apresenta a definição do novo modelo como um conjunto de medidas micro e macroeconômicas que resulta em um “aumento da discricionariedade da política econômica sobre o funcionamento dos mercados”. O autor apresenta, ainda, uma relação de 13 pontos listados por Pessôa (2016), referentes ao “conjunto de medidas que foi tomado no bojo” do modelo:

Alteração no regime de câmbio flutuante para fortemente administrado; adoção recorrente de artifícios para atingir a meta de superávit primário, reduzindo a transparência da política fiscal, além de progressiva redução do superávit primário; redução, sem que os fundamentos permitissem, da taxa básica real de juros e, portanto, maior tolerância com a inflação; controle de preços, principalmente dos serviços de utilidade pública e gasolina, como mecanismo alternativo para conter a inflação; enfraquecimento e redução do papel das agências reguladoras; expansão do crédito subsidiado, sobretudo por meio do BNDES, para estimular o investimento, com forte discricionariedade em relação aos favorecidos; redução da abertura da economia ao comércio internacional; ampliação das políticas discricionárias, como a desoneração tributária de setores ou de bens selecionados, em detrimento das políticas horizontais, com tratamento equânime à maioria dos setores; aumento da intervenção pública e do papel da Petrobras no setor de petróleo; intervenção no setor elétrico para baixar as tarifas e antecipar a renovação das concessões; uso dos bancos públicos para reduzir o spread bancário; resistência à participação do setor privado na oferta de serviços de utilidade pública e de infraestrutura em geral; emprego indiscriminado dos pisos de conteúdo nacional sem preocupação com as repercussões dessas medidas nas cadeias produtivas e na eficiência sistêmica do país. (BALASSIANO, 2018, p. 3)

Essa nova proposta apresentada para impulsionar novamente o crescimento econômico foi chamada de “Nova Matriz Macroeconômica”, e combinava duas medidas principais: desvalorizar o real, que estava demasiadamente valorizado; e reduzir a taxa de juros.

Como a alta dos juros é um dos fatores responsáveis pela apreciação do real, sua redução por si só já resultaria na desvalorização da moeda. Para Carvalho (2018), o problema das medidas reside no método de controle da inflação, que necessita do dólar baixo.

Nesse contexto, a defesa da redução de juros e da desvalorização do real veio associada à defesa de um ajuste fiscal que ajudasse a controlar a demanda doméstica e os preços. Em outras palavras, a mudança envolveria substituir uma política fiscal expansionista (crescimento dos gastos e investimentos públicos) e uma política

monetária contracionista (juros altos) por uma política fiscal contracionista (cortes de gastos e investimentos públicos) e uma política monetária mais frouxa (juros mais baixos), que facilitasse a desvalorização da moeda. (CARVALHO, 2018, p. 56)

Na teoria, a adoção de tais políticas possibilitaria um melhor aproveitamento do mercado externo e dos investimentos, pois a desvalorização do real resultaria em um barateamento dos produtos nacionais, que por sua vez desestimularia a importação e impulsionaria a exportação, incentivando novos investimentos privados. No entanto, isso não foi o verificado. Como a exportação brasileira se concentra principalmente em produtos cuja demanda é pouco elástica em relação ao preço, as exportações brasileiras são relativamente insensíveis a variações na taxa de câmbio. A desvalorização do real, então, não chegou a ser grande o suficiente para apresentar efeitos sobre o desempenho do setor exportador brasileiro e sobre o crescimento industrial. De acordo com Rossi e Mello,

após as eleições de 2014 ocorre uma inflexão na política cambial, quando a nova equipe econômica sinaliza ao mercado o fim do programa de leilões de *swaps* e uma política cambial menos atuante. A moeda brasileira já vinha se desvalorizando no segundo semestre de 2014, tendência que se reforça com a nova postura de política cambial. Em janeiro de 2014 a taxa de câmbio média foi de 2,63 R\$/US\$, enquanto no mesmo mês de 2015 a taxa média foi de 4,05 R\$/US\$, o que representou uma desvalorização de mais de 50% do real em relação ao dólar. Essa rápida mudança na taxa de câmbio tem impacto nas estruturas de custos e patrimonial das empresas, contribui para o aumento da taxa de inflação e com isso para a redução dos salários reais, impactando negativamente o consumo, além disso, no curto prazo essa mudança encarece a cesta de produtos que compõe o investimento. (ROSSI, MELLO, 2017, p. 3)

Carvalho (2018) afirma que, “para desenvolver setores novos com bom desempenho exportador, a desvalorização do real teria de ser muito maior e duradoura”. Entretanto, a autora também destaca que o principal problema disso é que as “desvalorizações da taxa de câmbio produzem queda dos salários reais, ou seja, reduzem o poder de compra dos trabalhadores no curto prazo” e, para se conseguir alcançar o nível de competitividade que as exportações de bens manufaturados asiáticas têm, seria necessário uma redução de salários “incompatível com o regime democrático”. Um aumento no dólar possibilita o reajuste dos preços pelas empresas que enfrentam competidores estrangeiros; ou seja, enquanto os trabalhadores perdem em termos de salário real, os empresários aumentam suas margens de lucro. Os defensores da estratégia argumentam que, no longo prazo, a produtividade do trabalho crescerá de forma acelerada, devido ao “desenvolvimento de setores de maior sofisticação” que, futuramente, possibilitaria a retomada do crescimento dos salários (CARVALHO, 2018, p. 62). Entretanto,

o fato é que não chegamos nem perto disso. Como se não bastasse, o período coincide com a fase mais profunda da crise dos países da periferia europeia, que teve consequências nefastas para o comércio mundial. Voltar-se para o mercado externo em meio a esse contexto revelou-se uma escolha ruim. As exportações, que haviam

crescido 11,7% em termos reais cresceram apenas 4,8% em 2011 e 0,3% em 2012. (CARVALHO, 2018, p. 62)

De acordo com Carneiro (2017), o cenário internacional não estava tranquilo desde 2010, e até meados de 2012 assiste-se o agravamento da crise do euro. Entretanto, é em junho de 2013 que acontece um evento conjuntural desfavorável para Brasil: o início da reversão da política monetária expansionista nos Estados Unidos. Esse anúncio não só dificultou o êxito do novo modelo de crescimento brasileiro, mas também resultou sérios distúrbios nos mercados globais, monetários, cambiais e de ativos, além de deteriorar as expectativas. Contudo, mesmo em meio de uma conjuntura externa desfavorável, o autor ressalta o peso relevante que as razões internas tiveram no insucesso do ensaio desenvolvimentista:

Há elementos de concepção e gestão das próprias políticas que aparecem como fatores negativos, tais como: a inconstância da política macroeconômica, a perda de seletividade do BNDES, o repesamento de preços da Petrobras, a lentidão do programa de logística, as excessivas desonerações, tudo isso num contexto mais amplo de insuficiente capacidade de negociação com os variados agentes privados. Por outro lado, iniciativas muito positivas para estimular o investimento e sua diversificação, como a desvalorização da moeda e a redução das taxas de juros, terminaram por encontrar forte oposição nos próprios setores produtivos os quais visavam apoiar. (CARNEIRO, 2017, p. 2-3)

Para o autor, os elementos destacados acima evidenciam variados fatores para o insucesso do projeto. Em primeiro lugar, tornou a economia brasileira muito mais dependente da trajetória internacional, devido à sua abertura produtiva e financeira. No plano doméstico, os setores empresariais ligados à produção se mostraram muito mais internacionalizados e financeirizados do que se imaginava. Do ponto de vista conjuntural, a crise de 2008 e seus desdobramentos se destacam, mas sobretudo fica evidente a exacerbação dos ciclos de liquidez, que originam as bolhas e o aumento da capacidade ociosa, que limita o investimento. Mesmo com seus acertos, a política econômica tinha poucas chances de dar certo num cenário como esse.

Segundo Carvalho (2018), existem três razões principais para o fracasso do controle da taxa de juros:

Primeiro, a redução da Selic iniciada em 2011 foi aparentemente demasiado rápida e brusca. (...). Segundo, o país não se preparou bem para enfrentar a volatilidade nos fluxos especulativos de capitais, que (...) ajudaram a colocar em xeque a estabilidade do real e contribuíram para a elevação dos juros (...). Terceiro, o que permitia o controle da inflação no contexto de forte crescimento de salários que marcou os anos do Milagrinho [2006-2010] era justamente a forte entrada de capitais e a sobreapreciação do real. (...). O que o governo fez foi tentar compensar a perda desse canal de controle da inflação com um ajuste fiscal, que ajudou a conter a atividade econômica. (CARVALHO, 2018, p. 64)

Conforme Singer (2015, p. 64), “depois de início exuberante, o desenvolvimentismo foi contido pelo aumento dos juros, a partir de abril de 2013, e passou à defensiva”. Dessa



forma, o ajuste fiscal realizado no primeiro ano de governo de Dilma atuou como um freio de mão para a economia. Carvalho (2018) observa ainda que os investimentos do governo central, um dos principais motores de crescimento do período anterior, sofreram uma queda de 19,6% em 2011.

De acordo com Rossi e Mello (2017), a queda na taxa de investimento vivenciada no Brasil – que já apresentava resultados negativos no segundo semestre de 2014 – pode ser explicada pelas falhas na condução da política econômica, por fatores políticos<sup>18</sup>, fatores internacionais<sup>19</sup> e fatores institucionais ou jurídicos<sup>20</sup>; e foi a grande responsável por puxar o ciclo de desaceleração que o Brasil enfrentou entre o terceiro trimestre de 2013 e o último de 2014. Só no orçamento de investimento das Estatais Federais, a queda verificada foi de R\$ 113 bilhões em 2013 para 56,5 bilhões em 2016.

Apesar do seu papel central como motor de crescimento da economia no curto e no longo prazo, os investimentos costumam ser a variável de ajuste por excelência em situações de consolidação fiscal. São várias as justificativas para cortes desproporcionais nessa rubrica em episódios de ajuste fiscal. Primeiro, há maior rigidez legal em outros componentes do gasto. Os gastos com saúde e educação, por exemplo, devem satisfazer um piso mínimo. As despesas previdenciárias também são obrigatórias. Segundo, há um foco excessivo dos governos no curto prazo, de modo que os retornos de longo prazo desses investimentos seriam negligenciados. (CARVALHO, 2018, p. 82)

Ao comparar o crescimento médio anual de todos os investimentos do setor público nos períodos 2006-2010 e 2010-2014, verifica-se que, no primeiro, há uma expansão de 17% ao ano, ante uma queda de 1% ao ano no segundo período. De acordo com Carvalho,

a inflexão na trajetória dos investimentos públicos a partir de 2011 não tem uma explicação única. Uma das interpretações é de que houve uma reorientação da estratégia governamental, que passou a apostar mais nos incentivos do setor privado e menos no investimento público direto. Além das desonerações tributárias, do crédito subsidiado via BNDES e dos subsídios associados ao programa Minha Casa Minha Vida, destaca-se o papel das concessões na área de infraestrutura. Estas envolvem a transferência temporária para a iniciativa privada de serviços que atendem o público. (CARVALHO, 2018, p. 83)

Para Carvalho, esse “abandono dos investimentos públicos como pilar de crescimento a partir de 2011 introduziu uma objeção adicional (...) à política econômica do governo Dilma Rousseff”, afinal, “difícilmente se atribui a alcunha de ‘desenvolvimentista’ a um modelo em que os investimentos públicos em infraestrutura não são protagonistas.” (CARVALHO, 2018, p. 85).

<sup>18</sup>Decorrentes das manifestações de 2013 e do ambiente incerto das eleições de 2014.

<sup>19</sup>Devido a queda do preço das *commodities* e a perspectiva do *tapering* – reversão da política monetária ao nível padrão após o afrouxamento causado pela política de *quantitative easing* (uma política de flexibilização monetária) – nos EUA.

<sup>20</sup>Decorrente, principalmente, da operação Lava-Jato, que afetou estratégicos setores da economia brasileira (petróleo e gás, construção civil, indústria naval).

As medidas de ajuste divulgadas entre o fim de 2014 e o início de 2015 incluíam uma redução de 58 bilhões de reais nos gastos com o PAC; uma economia de 18 bilhões pela alteração das regras para recebimento de seguro-desemprego, abono salarial e auxílio doença; uma receita adicional de 12,2 bilhões pelo aumento das alíquotas de PIS/Cofins e da Cide sobre combustíveis; uma arrecadação extra de 5,3 bilhões pela redução da desoneração da folha (aumento da alíquota de 1-2% para 2,5-4,5%) e de 5 bilhões pela volta do IPI para veículos, entre outras iniciativas de menor impacto arrecadatário. (CARVALHO, 2018, p. 97)

Para Carneiro (2017), a política macroeconômica ortodoxa e o agravamento da crise política têm um peso indiscutível na transformação de um problema de fluxos em um desequilíbrio de estoques. Os choques de juros e de câmbio e a deterioração do ambiente político resultaram uma recessão econômica sem paralelo histórico, com queda acumulada do PIB de 8% em 2015 e 2016. Carvalho (2018) também salienta a importância da crise política e dos impactos que a Operação Lava Jato teve sobre os setores de construção civil e petróleo e da queda do preço dos produtos exportados para que se entenda o trágico percurso da economia brasileira em 2015. Além disso, o Tesouro apontava uma trajetória dramática para a dívida pública no biênio, pois a dívida líquida aumenta em doze pontos percentuais do PIB, e a bruta, em vinte.

Com PIB e arrecadação menores, o déficit primário aumentou de 17 bilhões de reais em 2014 para 111 bilhões em 2015, apesar do corte de despesas. A dívida líquida do setor público, por sua vez, passou de 32,6% do PIB em dezembro de 2014 para 35,6% em dezembro de 2015. Já a dívida bruta saltou de 56,3 para 65,5% do PIB. (CARVALHO, 2018, p. 100)

Oreiro (2017) acredita que, na realidade, a economia brasileira perdeu seu ritmo de crescimento devido à expressiva queda da formação bruta de capital fixo (FBKF) que aconteceu a partir do segundo trimestre de 2014 – que ocorreu devido ao aumento da luta de classes, que conquistou aumentos salariais que passaram a ser reajustado acima da inflação. Essa conquista dos trabalhadores aumenta o custo marginal dos empresários, que veem seus lucros reduzindo.

Para Oreiro (2017), no geral, mudanças bruscas nos gastos de investimento são decorrentes de mudanças nas expectativas dos empresários a respeito da taxa de retorno do capital. Então, de acordo com Keynes, isso ocorre devido à incerteza inerente ao processo de decisão do investidor, que sempre se encontra no meio de uma extrema precariedade de informações sobre os indicadores que podem afetar sua taxa de retorno. Uma dessas convenções consiste em acreditar que, a não ser que exista uma razão concreta para se esperar uma mudança, a situação atual persistirá indefinidamente.

Oreiro (2017), assim como Carvalho (2018), também considera que a combinação da queda do preço do petróleo no mercado internacional com a Operação Lava Jato foram determinantes para a queda de investimento verificada em 2014<sup>21</sup>.

Entretanto, Rossi e Mello (2017) observam que, embora o investimento já apresentasse queda desde o final de 2013, não se pode afirmar que a recessão econômica se iniciou antes de 2015.

O conceito clássico de recessão (Shiskin, 1974) prevê um mínimo de dois trimestres consecutivos de queda do PIB (considerando trimestre contra trimestre imediatamente anterior) para se caracterizar tecnicamente um momento recessivo. Essa visão simplificada, que dá demasiada ênfase em uma única variável (o PIB), foi recentemente atualizada e enriquecida (Achuthan & Banerji, 2008) para abarcar também variações no emprego, na renda e no consumo das famílias. Seja no conceito clássico, seja no conceito mais atual, pode-se afirmar que a recessão brasileira tem início no primeiro trimestre de 2015, quando não apenas o PIB passa a registrar seguidas quedas, como também o consumo das famílias, o emprego e renda passam a cair de forma continuada, fatos não observáveis nos dados até o final do ano de 2014. (ROSSI, MELLO, 2017, p. 2)

Em 2014, mesmo que o investimento já estivesse em queda, o consumo das famílias continuava contribuindo positivamente para o crescimento. Entretanto, o choque recessivo de 2015 muda esse cenário, pois afeta o principal motor do crescimento econômico brasileiro: a renda e o consumo das famílias.

Entre 2002 e 2012, quarenta milhões de brasileiros ascendem das camadas mais baixas e são absorvidas pela baixa classe média, e tanto a média quanto a alta classe média se ampliaram em termos absolutos. Já em 2013 isso não foi verificado. Os obstáculos do ensaio desenvolvimentista proposto começaram a se expressar na desaceleração econômica, que provocaram importantes deslocamentos sociais. A mobilidade descendente atinge vários grupos, mas principalmente as classes de média e alta rendas, que são absorvidas na classe média baixa; os que já se encontravam nela, não foram muito atingidos, devido à melhoria das políticas sociais. Esse movimento resultou em uma mobilização das classes mais atingidas para criticar essas políticas e o papel do Estado, caracterizando um movimento de polarização social.

Ao contrário do que havia sido prometido, as medidas fiscais recessivas e o baixo crescimento projetado só contribuíram para fazer despencar a confiança dos investidores, que, depois de uma pequena recuperação no fim de 2014, caiu mais de 20% no primeiro semestre de 2015. Os investimentos privados também caíram 11,6% só no primeiro semestre e 13,9% no acumulado do ano. (CARVALHO, 2018, p. 100)

---

<sup>21</sup>Com isso, os investimentos da Petrobrás reduziram de 1,86% do PIB em 2013 para 1,41% em 2014.

A resposta das medidas logo chegou ao mercado de trabalho: o desemprego apresentou uma elevação de 6,2% no final de 2014 para 9% no final do ano seguinte; como resultado desse aumento no número de desempregados resultou em uma queda de 2,7% no salário real dos trabalhadores. Ao analisar o comportamento do desemprego desde 1980, comprova-se que a crise atual apresenta o maior aumento da taxa de desemprego<sup>22</sup>. Essa combinação, de aumento do desemprego com queda do salário dos trabalhadores pouco qualificados, foi a responsável pela rápida reversão da redução da desigualdade salarial conquistada nos anos 2000. Nesse cenário, o consumo das famílias reduziu 3,9% devido à redução salarial – primeiro ano a apresentar retração do consumo das famílias desde 2003, quando foi verificada redução de 0,5%. Segundo Rossi e Mello (2017), de 2014 para 2015 percebe-se uma relevante transformação do componente da demanda agregada. Em 2014, a variável que puxou a desaceleração foi o investimento, no ano seguinte, o consumo das famílias<sup>23</sup> se torna a variável mais importante.

De acordo com Carvalho (2018), ao escolher a Previdência como a maior preocupação do governo em meio à maior crise econômica e política da história do país – e não o desemprego –, talvez faça Dilma ser a maior líder antipopulista da história do Brasil. Na tentativa de estabelecer uma agenda de retomada, o caminho tomado seria estímulo ao crédito para consumo e investimento através dos bancos públicos, já que a equipe econômica decidiu seguir com um viés liberal conservador, insistindo que não havia espaço fiscal para a retomada dos investimentos públicos. A autora defende que

tais medidas poderiam gerar algum resultado em setores específicos, mas certamente não teriam a capacidade de induzir uma retomada do consumo e do investimento no conjunto da economia. Afinal, em períodos de crise econômica e insegurança sobre o futuro, os agentes privados não desejam consumir e investir mais. Muitos têm seus rendimentos cada vez mais comprometidos pelo desemprego, pela inflação e pelo pagamento de juros e amortizações de dívidas contraídas no passado. Quando o setor privado está em processo de desalavancagem, é o Estado que deve voltar a investir, gerando empregos e renda. (CARVALHO, 2018, p. 103)

Além disso, a política recessiva atingiu também os preços administrados, que tiveram um reajuste brusco e cresceram 18,1% no ano de 2015<sup>24</sup>. Isso resultou uma aceleração na inflação, e como resposta o Banco Central elevou a taxa de juros básica da economia. Esse reajuste foi mais um elemento que colaborou com a redução da renda real das famílias – e

<sup>22</sup>Medida a partir da taxa média do ano base, comparando o período da crise da dívida (1980), o confisco da poupança (1989) e a crise atual (a partir de 2014).

<sup>23</sup>Símbolo padrão de crescimento do governo Lula, entre 2001 e 2010 apresentava um crescimento médio de 5,3% ao ano; no primeiro governo Dilma, o crescimento reduz para 3,5% – já apresentando sinais de desaceleração.

<sup>24</sup>As tarifas de energia elétrica (51%), o preço do botijão de gás (22,6%) e da gasolina (20,1%) foram os principais afetados.

consequentemente, seu nível de consumo – por ocorrerem em setores com formação de preços extremamente oligopolizadas e alto repasse de custos ao consumidor.

Oreiro (2017), por mais que considere a queda dos gastos com FBKF como estopim da recessão da economia brasileira, admite que tal fato não explica o agravamento da intensidade do quadro recessivo observado em 2015 e sua persistência em 2016. O autor também considera que o aumento de cerca de 50% no repasse das tarifas de energia elétrica<sup>25</sup> como uma tentativa de recuperar a rentabilidade das empresas distribuidoras de energia. Além disso, foi verificada uma forte desvalorização da taxa de câmbio nominal nos três primeiros meses de 2015<sup>26</sup>, que gerou uma aceleração da inflação e resultou em uma forte queda da renda real do trabalhador<sup>27</sup>. Para Oreiro (2017), essa queda da renda real por trabalhador é um fator importante que explica a intensa contração dos gastos de consumo das famílias que foi verificado a partir do primeiro trimestre de 2015.

Carneiro (2017) acredita que a crise provocou deterioração patrimonial em ambos os setores: tanto o privado quanto o público. No setor público, implicou o encurtamento do espaço fiscal, que resultou em uma redução também do raio de manobra da política econômica para enfrentar a crise; e precisará enfrentar não só o declínio dos fluxos de renda, mas também o aumento generalizado do endividamento. Diante disso, o autor propõe, se o setor externo permitir, duas medidas que julga necessárias para a reativação da economia: o refinanciamento das dívidas e a reativação do circuito gasto-renda.

Carneiro (2017), entretanto, salienta que apesar do modelo não alcançar seus objetivos, é errado afirmar que as intenções de viabilizá-los não foram reais. Da perspectiva dos grupos dominantes, o modelo excluía o capital financeiro e, como se tratava de reindustrializar o país e ampliar a infraestrutura, apoiava decididamente os industriais e as grandes construtoras. Pelo lado da população, reforçavam-se as novas classes médias e os trabalhadores com ampliação das políticas sociais, sem muita atenção à classe média tradicional. Observa-se também um maior protagonismo do Estado e suas burocracias na condução do crescimento por dois meios: os bancos públicos – especialmente o BNDES – e Petrobras, a principal agente da nova política industrial. Singer (2015, p. 64) defende que “o

---

<sup>25</sup>As tarifas haviam sido reduzidas em 2013 como estratégia para manter a inflação dentro da meta.

<sup>26</sup>A taxa de câmbio passou de uma média de R\$2,66 em janeiro para R\$3,20 em março. De acordo com Oreiro, D’Agostini (2016, *apud* Oreiro, 2017) entretanto, a política econômica não pode ser responsabilizada por tal desvalorização, pois foi um reflexo da queda acentuada dos termos de troca da economia brasileira, resultando em uma depreciação de 20,3% em apenas dois meses.

<sup>27</sup>De acordo com Oreiro e D’Agostini (2016, *apud* Oreiro, 2017), a taxa de crescimento da renda real por trabalhador caiu, em comparação com o período anterior, de 0,7% no último trimestre de 2014 para -6,90% no segundo trimestre de 2015.

ensaio desenvolvimentista efetivamente representou mudanças importantes e foi, por sua vez, combatido por adversários poderosos em campanha intensa”.

De acordo com Saad-Filho e Moraes (2018), apesar do neoliberalismo ter conseguido criar um ambiente favorável para acumulação de capital e concentração de poder, em países onde esse sistema de acumulação acontece junto com a queda de investimentos e do PIB – como o Brasil – com ele é acompanhado a deterioração do mercado de trabalho e a tendência a concentração de renda, além de frequentes crises financeiras; exatamente o que observamos no Brasil desde o final de 2014.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil se encontra numa crise econômica sem precedentes. Saad-Filho e Moraes (2018) afirmam que os ganhos do PT evaporaram no decorrer dos anos de baixo crescimento econômico, e as sucessivas contrações da produção nacional reduziram a renda per capita para os valores verificados no início dos anos 2000; a taxa de desemprego voltou a aumentar, assim como o déficit fiscal e a dívida pública nacional.

Na frente política, a Constituição encontra-se em farrapos. A Presidente legítima foi impedida por uma aliança de privilegiados, e um grande número de líderes políticos envolvidos em escândalos de esquemas de corrupção inflados pela mídia. O judiciário foi desonesto. Congresso está desmoralizado, e o Executivo está desorganizado. A formulação de políticas se atolou, exceto quando se trata da imposição de uma forma altamente excludente do neoliberalismo.<sup>28</sup> (SAAD-FILHO; MORAIS, 2018, p. 162, tradução da autora)

Para entender o que levou o país à maior crise política e econômica de sua história, Oreiro (2017) constata que no período que compreende os anos 2003 a 2006 a economia brasileira operava pouco abaixo de sua capacidade econômica de longo prazo. Após 2006, a flexibilização do tripé macroeconômico – a eliminação do sistema de metas declinantes de inflação, a redução da meta de superávit primário e a adoção da regra de valorização do salário mínimo – inverteu essa situação, a economia passou a operar acima de sua tendência a partir de 2007<sup>29</sup> e manteve um notável crescimento até 2010. Em 2011, o cenário começa a mudar e percebe-se uma desaceleração do ritmo de crescimento. No último trimestre de 2014 o PIB real já havia apresentado uma redução de 2,63%.<sup>30</sup>

Em meio à grande totalidade de motivos que ocasionam as crises – e que resultaram, em especial, na grande recessão da economia brasileira – é impossível analisar de forma profunda os pontos que abrangem sua totalidade a partir da teoria neoclássica, uma vez que os economistas neoliberais, ao enxergarem o sistema econômico através de sucessões de estados de equilíbrio, criam uma barreira em sua percepção que os impede de ter um real prospecto do funcionamento da economia e dos reais problemas do processo de produção capitalista.

Ao analisarmos através de uma perspectiva keynesiana, podemos perceber a importância dos erros das políticas econômicas. Os desequilíbrios externos e a falta de competitividade da indústria brasileira resultaram num levante de propostas de mudança de

<sup>28</sup>“On the political front, the Constitution lies in shreds. The legitimate President was impeached by a coalition of the privileged, and a large number of political leaders are implicated in an array of corruption scandals fuelled by the media. The judiciary has gone rogue. Congress is demoralised, and the Executive is disorganised. Policy-making has become bogged down, except where it concerns the imposition of a highly excluding form of neoliberalism.”

<sup>29</sup>Com exceção de um breve período entre o final de 2008 e o início de 2009, durante a crise internacional.

<sup>30</sup>Em comparação com o último trimestre de 2010, último ano de crescimento notável.

modelo econômico. A “Nova Matriz Econômica”, ponto de discussão entre os economistas, teve como medidas principais a desvalorização do real e a redução da taxa de juros. Entretanto, esses ajustes, realizados no primeiro ano do primeiro governo Dilma, atuaram como freio de mão para economia. Em conjunto, o país vivenciava quedas da taxa de investimento – que já apresentavam resultados negativos no segundo semestre de 2014 –, que foi responsável por puxar o ciclo de desacelerações que o Brasil enfrentou. As denúncias da Operação Lava Jato e a queda do preço do petróleo no mercado internacional – que resultou na redução dos investimentos na maior estatal do país –, somadas ao abandono dos investimentos públicos – um dos pilares de crescimento da economia brasileira –, incorporavam mais objeções à política econômica do governo Dilma.

A queda da formação bruta de capital fixo também é considerada como um importante agravador, já que foi resultado da queda da taxa de lucro dos empresários por consequência da luta de classes, que conquistou reajustes salariais acima da inflação. Assim, mesmo que o investimento já tivesse em queda desde 2014 e a economia já apresentasse sinais de desaceleração, o consumo das famílias continuava contribuindo positivamente para o crescimento. Entretanto, o choque de 2015 afeta a renda e o consumo das famílias, o principal motor do crescimento econômico brasileiro. Houve forte aumento do desemprego, que resultou numa queda de 3,9% no consumo das famílias em 2015, devido à redução salarial. Essa combinação de aumento do desemprego com queda do salário dos trabalhadores pouco qualificados resultou numa rápida reversão da desigualdade salarial conquistada nos anos 2000.

Além disso, a escolha da Previdência como maior preocupação do governo no meio da maior crise econômica e política do país pode fazer Dilma a maior líder antipopulista da história do Brasil, por no meio de um período tão crítico para o trabalhador e as classes mais vulneráveis não priorizar medidas de combate ao desemprego. Isso, em conjunto com o brusco reajuste dos preços administrados por conta da política recessiva, acelerou a inflação, que elevou a taxa de juros básica da economia. Mais um elemento que resultou em impactos diretos nas famílias, especialmente periféricas e de baixa renda, que veem novamente sua renda e nível de consumo serem reduzidos.

Entretanto, para se ter uma profunda análise da raiz dessa crise, é necessário analisar o modelo de crescimento o país esteve desde que incorporou medidas desenvolvimentistas em sua agenda; e para isso, a corrente marxista realiza uma análise que compreende melhor essa totalidade.



Num ambiente de crise internacional e predominante tendência ao aumento das desigualdades, Braga (2016) afirma que a combinação de um crescimento econômico com desconcentração de renda daqueles que vivem do trabalho foi algo muito sedutor para o precariado brasileiro. A grande demanda internacional por *commodities* e o ataque especulativo de 2002 – devido às eleições – possibilitou a adoção de uma política que estimulasse o crescimento e a redistribuição de renda, que juntamente com a formalização do mercado de trabalho garantiu a inclusão da classe pobre que transformava toda sua renda em consumo.

Entretanto, com a dificuldade do mercado de trabalho brasileiro em gerar empregos mais qualificados, a maioria resulta daqueles facilmente encontrados, como em construções civis e serviços pessoais. Entre esses 2,1 milhões de empregos formais criados todos os anos – que vieram junto com o aumento da rotatividade e da flexibilização do emprego, precarizando as condições de trabalho –, 2 milhões remuneravam apenas 1,5 salário mínimo. Dessa forma, a economia brasileira, que cresceu às custas da deterioração da indústria de transformação, não quebrou essa característica; o novo padrão de consumo também não resulta em ganhos de produtividade proporcionados pelo desenvolvimento da indústria nacional – única capaz de garantir ganhos reais –, mas sim sobre as economias de escalas garantidas por setores estratégicos que empregam força de trabalho não qualificada. Dessa maneira, a base da pirâmide aumenta, mas remunera muito mal. Braga (2016) afirma ainda que a reprodução das condições estruturais da produção do trabalho barato é um traço característico do regime de acumulação brasileiro.

Essa precarização do trabalho, em conjunto com a baixa remuneração geraram uma inquietação das classes com baixos salários. Essa inquietação não seria capaz de ser contida através de políticas públicas; os sindicalistas, mesmo contra vontade de seus líderes lulistas, se viram obrigados a promover greves e paralizações nos mais diversos setores: professores, funcionários públicos, metalúrgicos, motoristas, bancários, etc.; com protagonismo notável da espera privada. Entre as conquistas da luta de classes, o reajuste do salário acima da inflação foi importante, pois foi uma medida de tentar diminuir o abismo existente entre os lucros obtidos pelos empresários e o recebido pela classe trabalhadora em troca de sua força de trabalho. A queda da taxa de lucro dos empresários resultou então no aumento da renda familiar.

Entretanto, junto com os aumentos do salário mínimo acima da inflação, seguiu-se um endurecimento nas condições de consumo da força de trabalho, devido ao aumento da taxa de rotatividade e terceirização do trabalho. Além disso, Braga (2016) verificou uma nova onda

de mercantilização do trabalho, fazendo com que o aumento da formalidade não passasse de uma falsa percepção; o novo ciclo de empregos formais se moldou de forma a reproduzir quase as mesmas inseguranças sociais que o emprego informal gerava. Com isso, percebe-se que o núcleo do problema se situa na relação histórica de dominação que existe entre o explorado e o explorador, típica no regime capitalista neoliberal.

O rompimento do proletariado com o lulismo aconteceu com a transição do modelo de desenvolvimento brasileiro para uma política austera desenhada quase que diretamente pelo setor financeiro, juntamente com os cortes dos gastos federais – responsáveis pela manutenção do emprego formal, mesmo que de baixa qualidade – que aumentaram o desemprego. A insatisfação popular – aqui, vale ressaltar que houve também mobilização da classe média, que pela primeira vez foi à rua protestar – levou a população a organizar uma série de manifestações com difusos objetivos; que configuraram uma boa oportunidade para se colocar em prática uma agenda neoliberal que priorize o capital financeiro. Para isso, foi necessário a retirada da presidente Dilma, que teve seu processo de impedimento concluído em agosto de 2016, juntamente com o fim do ciclo de governos de esquerda da maioria dos países da América do Sul; que, de acordo com Marquetti *et al* (2016), paradoxalmente possibilitou o retorno do neoliberalismo nesses países – acontecimento de certo modo esperado, já que, de acordo com Saad-Filho e Moraes, “em uma democracia neoliberal, a participação popular tende a ser limitada a escolher entre “tons” de neoliberalismo num mercado político esterilizado, policiado pela mídia de direita”.<sup>31</sup> (SAAD-FILHO; MORAIS, 2018, p. 163, tradução da autora).

O retorno de uma agenda política que prioriza o grande capital financeiro, consolidado após o impedimento da presidente, já apresenta consequências assombrosas para classe trabalhadora e para população brasileira de baixa renda. O país experimenta então as consequências da adoção de uma agenda neoliberal: ascensão da grande burguesia, em detrimento da renda da população vulnerável e de baixa renda.

---

<sup>31</sup>“In a neoliberal democracy, popular participation tends to be limited to choosing between shades of neoliberalism in a sterilised political market, policed by the right-wing media”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALASSIANO, Marcel Grillo. Recessão Brasileira (2014-2016): Uma Análise por Meio do Método do Controle Sintético do PIB, PIB per capita, Taxa de Investimento e Taxa de Desemprego. **Texto para Debate. Anpec 2018.** Disponível em: [https://www.anpec.org.br/encontro/2018/submissao/files\\_I/i4-e40f41cc1badaf4207dc9dc7f5823cc8.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2018/submissao/files_I/i4-e40f41cc1badaf4207dc9dc7f5823cc8.pdf). Acesso em: 7 dez. 2018.

BIANCHI, Alvaro; BRAGA, Ruy. **A financeirização da burocracia sindical no Brasil.** [S. l.], mai. 2011. Disponível em: [http://www.correiodocidadania.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5816:submanchete120511&catid=25:politica&Itemid=47](http://www.correiodocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5816:submanchete120511&catid=25:politica&Itemid=47). Acesso em: 30 jan. 2019.

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes, pp. 55-92. In: SINGER, André. e LOUREIRO, Isabel (orgs.) **As contradições do Lulismo: A que ponto chegamos?** Editora Boitempo, 2016.

CARNEIRO, Ricardo. A economia política do ensaio desenvolvimentista. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 61-66, mar. 2017. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/estudos-avancados/user-item/6615-revista-estudos-avancados/436-a-economia-politica-do-ensaio-desenvolvimentista>. Acesso em: 07 dez. 2018.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico.** 1ª. ed. São Paulo: Todavia, 2018. 192 p.

MARQUETTI, Adalmir.; HOFF, Cecilia.; MIEBACH, Alessandro. Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise brasileira. **Texto para Debate. Departamento de Economia, PUCRS,** out. 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/312191358\\_Lucratividade\\_e\\_Distribuicao\\_A\\_Origem\\_Economica\\_da\\_Crise\\_Politica\\_Brasileira](https://www.researchgate.net/publication/312191358_Lucratividade_e_Distribuicao_A_Origem_Economica_da_Crise_Politica_Brasileira). Acesso em: 07 dez. 2018.

MARX, Karl. Resultados do processo imediato de produção. Separata de: MARX, Karl. **O Capital, Livro 1.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

Capítulo sexto, p. 70-80. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-capitulo-vi-inedito.pdf/view>. Acesso em: 30 jan. 2019.

OREIRO, José Luis. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 75-88, mar. 2017. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/estudos-avancados/user-item/6615-revista-estudos-avancados/434-a-grande-recessao-brasileira-diagnostico-e-uma-agenda-de-politica-economica>. Acesso em: 07 dez. 2018.

PINTO, Eduardo Costa et al. A guerra de todos contra todos: A crise brasileira. **Texto para Discussão. Instituto de economia UFRJ**, Rio de Janeiro, n. 006, p. 1-41, fev. 2017. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2017/tdie0062017pinto-et-al.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2018.

PRADO, Eleutério F. S. Das explicações para a quase estagnação da economia capitalista no Brasil. **Revista de Economia Política**, [S.l.], v. 37, n. 3 (148), p. 478-503, set. 2017. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/148-2.PDF>. Acesso em: 07 dez. 2018.

PRADO, Eleutério F. S. Questionando a macroeconomia da "grande recessão". **Revista do NIEP-Marx**, Niterói, v. 3, n. 5, p. 188-220, dez. 2015. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/135>. Acesso em: 07 dez. 2018.

ROSSI, Pedro.; MELLO, Guilherme. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré. **Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP**. Nota do Cecon, n.1, abril de 2017. Disponível em: [https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/NotaCecon1\\_Choque\\_recessivo\\_2.pdf](https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/NotaCecon1_Choque_recessivo_2.pdf). Acesso em: 07 dez. 2018.

RUGITSKY, Fernando. Milagre, miragem, antimilagre: A economia política dos governos Lula e as raízes da crise atual. **Revista Fevereiro**, [S.l.], n. 9, p. 1-8, abr. 2016. Disponível em: <http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=09&t=03>. Acesso em: 07 dez. 2018.

SAAD-FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: Uma análise marxista. **Revista do NIEP-Marx**, Niterói, v. 3, n. 4, p. 58-72, ago. 2015. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/96>. Acesso em: 07 dez. 2018.

SAAD-FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brazil**: Neoliberalism versus democracy, pp. 162-172. London: Pluto Press, 2018.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos**, [S.l.], v. 34, n. 2, p. 39-67, jul. 2015. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-102/>. Acesso em: 07 dez. 2018.